



GOVERNO DE SANTA CATARINA  
Secretaria de Estado da Saúde  
Comissão Intergestores Bipartite

### **DELIBERAÇÃO 231/CIB/2021**

A Comissão Intergestores Bipartite, no uso de suas atribuições, em sua 259ª reunião ordinária de 21 de outubro de 2021.

Considerando a Deliberação 181/CIB/2019.

#### **APROVA**

A implementação da Política Hospitalar Catarinense – PHC, descrita no Anexo a esta Deliberação.

1. Ficam revogadas as Deliberações/CIB/SC anteriores, referentes à incentivos hospitalares, contrários a implantação dessa Política Hospitalar.
2. Essa Política Hospitalar Catarinense será operacionalizada a partir de 1º de janeiro de 2022 em substituição à Deliberação 181/2019.

Florianópolis, 21 de outubro de 2021.

Assinado digitalmente

**ANDRÉ MOTTA RIBEIRO**  
Secretária de Estado da Saúde  
Coordenador CIB/SES

Assinado digitalmente

**DAISSON TREVISOL**  
Presidente do COSEMS  
Coordenador CIB/COSEMS



## Assinaturas do documento



Código para verificação: **A4G4T4M8**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



**ANDRÉ MOTTA RIBEIRO** (CPF: 674.XXX.290-XX) em 04/11/2021 às 11:13:34

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/05/2021 - 18:41:36 e válido até 13/05/2121 - 18:41:36.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxNjUwMTdfMTY3NTQyXzlwMjFfQTRHNFQ0TTg=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00165017/2021** e o código **A4G4T4M8** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS

# POLÍTICA HOSPITALAR CATARINENSE (PHC)

## ATUALIZAÇÃO 2021

FLORIANÓPOLIS  
2021



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**GOVERNADOR**

CARLOS MOISÉS DA SILVA

**VICE GOVERNADORA**

DANIELA CRISTINA REINEHR

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE**

ANDRÉ MOTTA RIBEIRO

**SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE**

ALEXANDRE LENCINA FAGUNDES

**SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO EM SAÚDE**

CARMEM REGINA DELZIOVO

CONSELHO DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DE SANTA CATARINA

**PRESIDENTE DO COSEMS/SC**

DAISSON JOSÉ TREVISOL

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE SANTA CATARINA

**PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE/SC**

JORGE DOS PASSOS CORRÊA COBRA

## **SUPERINTENDÊNCIAS**

### **SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO EM SAÚDE**

CARMEM REGINA DELZIOVO

### **SUPERINTENDÊNCIA DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE**

EDUARDO MARQUES MACÁRIO

### **SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E REGULAÇÃO**

RAMON TÁRTARI

### **SUPERINTENDÊNCIA DE HOSPITAIS PÚBLICOS ESTADUAIS**

MARCIO MESQUITA JUDICE

### **SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**

LUCIANO JORGE KONESCKI

### **SUPERINTENDÊNCIA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA**

DIOGO BAHIA LOSSO

## **COORDENAÇÃO**

MARCUS AURELIO GUCKERT

GERENTE DE ARTICULAÇÃO DAS REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE

## **COMISSÃO DE ELABORAÇÃO**

### **ORGANIZAÇÃO**

CARMEM REGINA DELZIOVO – SPS

MARCUS AURÉLIO GUCKERT – GEARS/SPS

MAURÍCIO RICARDO NORONHA KASPER – GEARS/SPS

### **APOIO TÉCNICO**

ELOANA MARUÁ RAMOS – DAPS/SPS

GIOVANNI CARDOSO PACHECO – SEA/SC

GRACE ELLA BERENHAUSER– GECO A

HANNA KARINE JACQUES BARCELOS – GECOS

HELMA FINTA UBA – GEPRO

MARINA CADORE COUTINHO – DAPS/SPS

RAMON TÁRTARI – SUR

FÁBIO ANTÔNIO DE SOUZA– COSEMS/SC

MARIA CRISTINA WILLEMANN –COSEMS/SC

CLEMILSON DE SOUZA – COSEMS/SC

**PARTICIPAÇÃO NA REVISÃO EM 2021**

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

CONSELHO DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE

FEDERAÇÃO DOS HOSPITAIS E ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO ESTADO DE SANTA  
CATARINA

FEDERAÇÃO DE SANTAS CASAS, HOSPITAIS E ENTIDADES FILANTRÓPICAS DE SANTA CATARINA

ASSOCIAÇÃO DOS HOSPITAIS DE SANTA CATARINA

## Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	7
1.1 Objetivo Geral.....	7
1.2 Objetivos Específicos.....	7
2. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DE PORTE PARA AS UNIDADES HOSPITALARES.....	8
3. HOSPITAL COM LEITO DE SAÚDE MENTAL.....	11
3.1 Hospitais Elencados para Leitos de Saúde Mental.....	13
4. HOSPITAIS QUE REALIZAM PARTOS.....	15
4.1 Hospitais de Referência para Partos na Política Hospitalar Catarinense:.....	16
5. HOSPITAIS QUE REALIZAM CIRURGIAS ELETIVAS.....	18
5.1 Fluxo de Acesso aos Procedimentos.....	21
5.2 Número Mínimo de Procedimentos Cirúrgicos Eletivos.....	22
6. HOSPITAIS QUE REALIZAM ATENÇÃO ODONTOLÓGICA A PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS.....	23
7. HOSPITAIS INCLUÍDOS NA POLÍTICA HOSPITALAR CATARINENSE.....	25
8. REQUISITOS OBRIGATÓRIOS PARA RECEBIMENTO DO INCENTIVO DA POLÍTICA HOSPITALAR CATARINENSE.....	35
8.1. Selo de Qualidade – Acréscimo Financeiro.....	36
9. RECURSOS FINANCEIROS PARA A POLÍTICA HOSPITALAR CATARINENSE.....	37
10. MATRIZ DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA POLÍTICA HOSPITALAR CATARINENSE.....	39
10.1 Indicadores Avaliação de Desempenho da Política Hospitalar Catarinense.....	39
11. ANEXO I – HOSPITAIS PORTE IV, V E VI E PROCEDIMENTOS DE ALTA COMPLEXIDADE AMPLIADOS PELA PHC.....	52
12. DELIBERAÇÃO DE APROVAÇÃO DA POLÍTICA HOSPITALAR CATARINENSE EM 2021.....	59



## POLÍTICA HOSPITALAR CATARINENSE

### 1. INTRODUÇÃO

A Política Hospitalar Catarinense está baseada em critérios estabelecidos por normativas vigentes no Sistema Único de Saúde e organizada a partir da definição dos serviços de interesse de saúde que, de forma regionalizada, são referência para o atendimento das necessidades de saúde da população, com destaque para as linhas de cuidado urgência e emergência, materno infantil, atenção psicossocial e cirurgias eletivas. Estes serviços recebem incentivo financeiro mensal de acordo com o porte em que estão classificados e a valoração do seu desempenho. Foram elencados dez (10) critérios para classificação de seis (6) portes hospitalares. A partir da definição destes portes, foi elaborada uma matriz de avaliação de desempenho para definir o valor do incentivo financeiro, oriundo de recurso próprio do tesouro do Estado, que será destinado para as unidades hospitalares da rede dos hospitais públicos e filantrópicos vinculados ao SUS.

Sem dúvida, esta proposta, para sua efetivação, pressupõe a modificação da lógica da relação entre a gestão pública e os prestadores de serviços. Assim, como condicionante central, estabelece-se a consolidação da contratualização desses hospitais como instrumento de gestão de caráter legal, normativo e de transparência dos objetivos e metas a serem alcançados para a organização e estruturação da rede de atenção à saúde no Estado de Santa Catarina.

Esta Política foi aprovada em 2019 e implementada a partir de janeiro 2020. Em 2021 a reavaliação trouxe a inclusão das cirurgias eletivas, a alteração de alguns indicadores e a inclusão de mais um porte hospitalar. Foram reavaliados os hospitais com base nas informações de produção 2019 e 2020, considerando a pandemia da COVID-19 e demais informações de outros sistemas com base no ano de 2020/2021. Incluído incremento para as cirurgias eletivas e incentivo para hospitais que realizam parto e para hospitais que realizam procedimentos de saúde bucal para portadores de necessidades especiais. Criado selo de qualidade que possibilita a ampliação em até 6% do teto financeiro do porte alcançado pelos hospitais desde que estes atendam os critérios estabelecidos de qualificação.

#### 1.1 Objetivo Geral

Estabelecer a política hospitalar para o Estado de Santa Catarina visando ampliar o acesso e a qualidade dos serviços ofertados.

#### 1.2 Objetivos Específicos

Estabelecer critérios para repasse de recursos financeiros como incentivo estadual para os serviços hospitalares.

Elencar os serviços que compõe a política hospitalar catarinense.

Definir e ampliar os serviços hospitalares que compõem a rede de atenção psicossocial, materno infantil, urgência e emergência, cirurgias eletivas e saúde bucal para portadores de necessidades especiais.

Acompanhar o desempenho das unidades hospitalares por meio de uma matriz de avaliação de desempenho.

Publicizar os critérios para repasse do incentivo financeiro da Política Hospitalar e o desempenho das unidades hospitalares.

## 2. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DE PORTE PARA AS UNIDADES HOSPITALARES

Os critérios elencados para definição dos portes hospitalares são número de leitos, número de leitos de UTI adulto, número de leitos de UTI pediátrica, número de leitos de UTI neonatal, taxa de ocupação geral, quantidade de clínicas com internação, exames diagnósticos disponibilizados, número de altas complexidades habilitadas, rede temática com serviço habilitado.

**1. Nº de Leitos** – Hospitais com menos de vinte (20) leitos, não serão incluídos na Política Hospitalar Catarinense. Considerado o número de leitos SUS, exceto UTI. Fonte: CNES

Nº de Leitos	Nº de Pontos
20 a 49	01 Ponto
50 a 100	02 Pontos
101 a 200	03 Pontos
+ de 200	04 Pontos

**2. Nº de Leitos de UTI Adulto** – a partir de cinco (5) leitos existentes e habilitados pelo MS será pontuado. Fonte: CNES

Nº de Leitos	Nº de Pontos
5 a 10	01 Ponto
11 a 20	02 Pontos
21 a 30	03 Pontos
Acima de 31	04 Pontos

**3. Nº de Leitos de UTI Pediátrico** – a partir de um (1) leito existente e habilitado pelo MS será pontuado. Fonte: CNES

Nº de Leitos	Nº de Pontos
1 a 10	01 Ponto
11 a 20	02 Pontos
21 a 30	03 Pontos
Acima de 31	04 Pontos

**4. Nº de Leitos de UTI Neonatal**– a partir de um (01) leito existente e habilitado pelo MS será pontuado. Fonte: CNES

<b>Nº de Leitos</b>	<b>Nº de Pontos</b>
1 a 10	01 Ponto
11 a 20	02 Pontos
21 a 30	03 Pontos
Acima de 31	04 Pontos

**5. Taxa de Ocupação** – Hospitais com taxa de ocupação geral menor de 20%, não serão incluídos na Política Hospitalar Catarinense. Considerado leito e produção SUS. Fonte: CNES/SIH/SUS

<b>Taxa de Ocupação</b>	<b>Nº de Pontos</b>
20% a 39,99%	01 Ponto
40% a 59,99%	02 Pontos
60% a 79,99%	03 Pontos
80 % ou mais	04 Pontos

Para a atualização de 2021 os hospitais com menos de 20% de taxa de ocupação SUS não serão excluídos, terão quatro meses para adequar-se. Caso não alcancem a taxa mínima neste prazo terão o incentivo da PHC suspenso.

**6. Quantidade de Clínicas** –Serão consideradas no mínimo 02 (duas) especialidades, caso não atendam esse critério, não serão incluídos na Política Hospitalar Catarinense. Deve ser observado o número mínimo para a Clínica Obstétrica de 200 (duzentos) partos/ano e na Clínica de Pediatria e/ou Psiquiatria,100 (cem) internações/ano em cada uma destas. Fonte: SIH/SUS.

<b>Tipo de Clínicas</b>	<b>Tipo</b>	<b>Nº de Pontos</b>
02 clínicas	I	01 Ponto
03 clínicas	II	02 Pontos
Situação I + Obstetrícia	III	03 Pontos
Situação I + Alta Complexidade	IV	04 Pontos
Situação III + Alta Complexidade	V	05 Pontos

Para a atualização de 2021 os hospitais com menos de duas clínicas pelo SUS não serão excluídos, terão quatro meses para adequar-se. Caso não alcancem o mínimo de duas clínicas SUS neste prazo terão o incentivo da PHC suspenso.

**7. Diagnóstico** –Será considerado obrigatório disponibilizar no mínimo 03 (três) tipos de métodos para diagnóstico: Laboratório de Análises Clínicas, Raios X e Eletrocardiograma. (Serviço Próprio ou Terceirizado disponível 24 horas e sete dias na semana). Caso não atendam esse critério, não serão incluídos na Política Hospitalar Catarinense. Fonte: CNES/SIA/SIH/SUS

<b>Nº Métodos Diagnósticos</b>	<b>Nº de Pontos</b>
03	01 Ponto
04	02 Pontos
05	03 Pontos
06	04 Pontos
07 ou +	05 Pontos

Para a atualização de 2021 os hospitais com menos de três exames diagnósticos pelo SUS não serão excluídos, terão quatro meses para adequar-se. Caso não alcancem o mínimo de três métodos diagnósticos SUS neste prazo terão o incentivo da PHC suspenso.

### **8. Número de Habilitações em Alta Complexidade**

Número de Altas Complexidades que o Serviço tem habilitadas pelo MS. Fonte: CNES.

<b>Alta Complexidade</b>	<b>Nº de Pontos</b>
1	01 Ponto
2 ou 3	02 Pontos
4 ou 5	03 Pontos
6 ou mais	04 Pontos

### **9. Redes Temáticas e/ou Políticas Implantadas:**

Serão consideradas as redes temáticas com serviços implantados e habilitados pelo MS e Planos de Ação das Redes Temáticas (SES). No caso da Rede Cegonha para se enquadrar neste critério, o hospital precisa ter a condição mínima de ser referência regionalizada para partos pelo SUS. Considera-se a participação na Política de Cirurgias a apresentação de produção SUS nesta área. Fonte: CNES – SIH/SIA.

<b>Rede</b>	<b>Nº de Pontos</b>
Urgência e Emergência	01 Ponto
Cegonha	01 Ponto
Psicossocial	01 Ponto
Cirurgias Eletivas	01 Ponto

### 10. Produção de hemodiálise nas internações hospitalares:

Considerado o nº de sessões de hemodiálise mês (0305010042 e 0305010131) dividido pelo número de leitos UTI Adulto e UTI COVID SUS informados no CNES. Para o número de sessões de hemodiálise utilizou-se a produção janeiro a julho de 2021.

Produção de hemodiálise registrada em AIH. Fonte: CNES/SIH.

Nº de Sessões/Leito UTI	Nº de Pontos
01 a 02	01 Ponto
03 a 04	02 Pontos
05 a 06	03 Pontos
7 ou +	04 Pontos

Após a aplicação destes critérios, a somatória dos pontos recebidos pelas unidades hospitalares definirá o porte conforme segue:

Porte	Nº de Pontos
Porte I	1 a 5
Porte II	6 a 10
Porte III	11 a 15
Porte IV	16 a 20
Porte V	21 a 25
Porte VI	26 e +

Os hospitais que atendem SUS e não tiveram classificação mínima para inclusão em porte, serão incluídos na PHC como pendentes com quatro meses para adequação a fim de que possam acessar o recurso financeiro previsto no Porte I após a adequação, fazendo jus ao recurso de incentivo a partir da adequação.

Mesmo sem estarem classificados em Porte na PHC esses hospitais poderão realizar cirurgias eletivas além do definido pelo Plano Operativo como MAC – Teto PPI.

### 3. HOSPITAL COM LEITO DE SAÚDE MENTAL

Para a composição dos leitos de saúde mental as unidades hospitalares classificadas na Política Hospitalar Catarinense poderão ter até o número máximo de 30 (trinta) leitos de Saúde Mental, desde que não seja a maioria do total de leitos gerais, devendo estar adequados à legislação vigente na área.

São exigências para o hospital receber incentivo para leitos de Saúde Mental na Política Hospitalar Catarinense, ter médico clínico 24 (vinte e quatro) horas e trabalhar com plano terapêutico singular.

Para as unidades hospitalares com 08 a 10 leitos de saúde mental a equipe técnica

multiprofissional mínima será de:

- a) 02 (dois) técnicos ou auxiliares de enfermagem por turno;
- b) 02 (dois) profissionais de saúde mental de nível superior, totalizando carga horária mínima de 40 (quarenta) horas por semana;
- c) 01 (um) médico psiquiatra responsável pelos leitos, carga horária mínima de 10 (dez) horas por semana, com prescrições em prontuário no mínimo três vezes na semana em dias alternados.

Para as unidades hospitalares com 11 a 20 leitos de saúde mental a equipe técnica multiprofissional mínima será de:

- a) 03 (três) técnicos ou auxiliares de enfermagem por turno diurno e 02 (dois) técnicos ou auxiliares de enfermagem por turno noturno;
- b) 01 (um) enfermeiro diurno 40 (quarenta) horas semanais;
- c) 02 (dois) profissionais de saúde mental de nível superior, totalizando carga horária mínima somada de 60 (sessenta) horas por semana;
- d) 01 (um) ou mais médicos psiquiatras responsáveis pelos leitos, contabilizando carga horária mínima total de serviços de 20 (vinte) horas por semana.

Para as unidades hospitalares com 21 a 30 leitos de saúde mental a equipe técnica multiprofissional mínima será de:

- a) 03 (três) técnicos ou auxiliares de enfermagem por turno diurno e 02 (dois) técnicos ou auxiliares de enfermagem por turno noturno;
- b) 01 (um) enfermeiro diurno 40 (quarenta) horas semanais;
- c) 02 (dois) profissionais de saúde mental de nível superior, totalizando carga horária somada de 60 (sessenta) horas por semana;
- d) 01(um) médico clínico responsável pelas interconsultas;
- e) 01 (um) ou mais médico(s) psiquiatra(s) responsável(is) pelos leitos, contabilizando carga horária total de serviços de 30 (trinta) horas por semana.

As unidades hospitalares receberão para atendimento de saúde mental um recurso fixo mensal e um montante variável por leito/mês de acordo com o número de leitos disponibilizados. As AIHs continuarão sendo processadas para os atendimentos realizados nestes leitos.

Segue abaixo os hospitais elencados na Política Hospitalar Catarinense com a informação dos leitos já existentes:

### 3.1 Hospitais Elencados para Leitos de Saúde Mental

Região de Saúde	Município	Unidade	Leitos SM	Leitos Psiquiátricos	Leitos Custeados pela PHC
Foz do Rio Itajaí	Itajaí	Hospital Universitário Univali (Leitos Pediátrico)	-	-	10
Foz do Rio Itajaí	Luiz Alves	Hospital Hoscola	-	-	15
Foz do Rio Itajaí	Navegantes	Hospital Nossa Senhora dos Navegantes	-	-	15
<b>Macrorregião de Saúde da Foz do Rio Itajaí</b>					<b>40</b>
Grande Florianópolis	Florianópolis	Hospital Infantil Joana de Gusmão (Leitos Pediátrico)	-	-	10
Grande Florianópolis	Nova Trento	Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição	-	-	20
Grande Florianópolis	Biguaçu	Hospital Regional de Biguaçu Helmuth Nass	-	-	20
Grande Florianópolis	Santo Amaro da Imperatriz	Hospital São Francisco	-	-	20
Grande Florianópolis	São João Batista	Hospital Municipal Monsenhor José Locks	-	-	10
Grande Florianópolis	Florianópolis	Hospital Universitário - HU	-	-	10
Grande Florianópolis	Angelina	Hospital Nossa Senhora da Conceição	-	-	10
Grande Florianópolis	São Pedro de Alcântara	Hospital Santa Teresa	-	-	30
Grande Florianópolis	Tijucas	Hospital São José e Maternidade Chiquinha Gallotti	-	-	20
<b>Macrorregião de Saúde da Grande Florianópolis</b>					<b>150</b>
Extremo Oeste	Chapecó	Hospital Regional do Oeste	-	-	10
Extremo Oeste	Maravilha	Hospital São José	-	-	30
Extremo Oeste	Chapecó	Hospital da Criança Augusta Muller Bohner (Leitos Pediátrico)	-	-	10
Xanxerê	Xanxerê	Hospital Regional São Paulo	-	-	20
Xanxerê	Abelardo Luz	Hospital Rogacionista Evangélico	-	-	15
Xanxerê	Xaxim	Hospital Frei Bruno	-	-	20
Extremo Oeste	Mondaí	Associação Hospital Mondai	-	15	20
Extremo Oeste	Descanso	Fundação Médica	-	-	18
Extremo Oeste	Tunápolis	Associação Hospitalar de Tunápolis	-	13	30
Oeste	Palmitos	Hospital Regional de Palmitos	-	25	25
Oeste	Quilombo	Hospital São Bernardo	-	12	20
Oeste	Cunha Porã	Fundação Hospitalar e Assistencial de Cunha Porã	-	-	15
Oeste	São Carlos	Associação Hospitalar Pe João Berthier (Leitos Pediátrico)	-	-	20
Xanxerê	Ponte Serrada	Hospital Santa Luzia	-	13	30
<b>Macrorregião de Saúde do Grande Oeste</b>					<b>283</b>
Alto Uruguai Catarinense	Concórdia	Hospital São Francisco	-	17	20
Meio Oeste	Capinzal	Hospital Nossa Senhora das Dores	-	-	20
Alto Uruguai Catarinense	Itá	Hospital São Pedro	-	-	10
Meio Oeste	Joaçaba	Hospital Universitário Santa Terezinha	-	-	10
Alto Uruguai Catarinense	Lindóia do Sul	Hospital Izolde Hubner Dalmora (10 Leitos Pediátrico)	8	-	30
Alto Vale do Rio do Peixe	Curitibanos	Hospital Hélio dos Anjos Ortiz	-	20	30

Região de Saúde	Município	Unidade	Leitos SM	Leitos Psiquiátricos	Leitos Custeados pela PHC
Meio Oeste	Videira	Hospital Divino Salvador	-	-	30
Alto Vale do Rio do Peixe	Santa Cecília	Hospital e Maternidade Santa Cecília	-	30	30
Meio Oeste	Campos Novos	Fundação Hospitalar Dr José Athanasio	-	-	30
Meio Oeste	Luzerna	Hospital São Roque	-	30	30
Serra Catarinense	Anita Garibaldi	Hospital Frei Rogério			20
Serra Catarinense	Ponte Alta	Fundação Médico Social Rural de Ponte Alta	-	-	10
Serra Catarinense	Lages	Hospital Geral e Maternidade Tereza Ramos	-	-	10
Serra Catarinense	Urubici	Hospital São José	-	-	15
Serra Catarinense	Otacílio Costa	Hospital Santa Clara	-	-	10
Serra Catarinense	Campo Belo do Sul	Hospital Nossa Senhora Do Patrocínio	-	-	10
Serra Catarinense	Lages	Hospital Infantil Seara do Bem (Leitos Pediátrico)	-	-	10
Serra Catarinense	São Joaquim	Hospital de Caridade Coração de Jesus	-	-	30
<b>Macrorregião de Saúde do Meio Oeste e Serra Catarinense</b>					<b>355</b>
Val do Itapocú	Jaraguá do Sul	Hospital e Maternidade Jaraguá	-	4	30
Nordeste	Joinville	Hospital Materno Infantil Dr.Jeser Amarante Faria (Leitos Pediátrico)	-	14	14
Nordeste	Joinville	Hospital Regional Hans Dieter Schmidt	-	30	30
Planalto Norte	São Bento do Sul	Hospital e Maternidade Sagrada Família	-	-	30
Planalto Norte	Canoinhas	Hospital Santa Cruz de Canoinhas	-	-	15
Planalto Norte	Itaiópolis	Hospital Santo Antônio de Itaiópolis	-	-	10
Planalto Norte	Papanduva	Hospital São Sebastião	-	2	14
Planalto Norte	Rio Negrinho	Hospital Rio Negrinho	-	-	30
Planalto Norte	Três Barras	Hospital Félix da Costa Gomes	8	-	23
<b>Macrorregião de Saúde do Planalto Norte e Nordeste</b>					<b>196</b>
Carbonífera	Criciúma	Hospital Materno Infantil Santa Catarina (Leitos Pediátrico)	-	-	10
Carbonífera	Lauro Muller	Hospital Municipal Henrique Lage	-	15	15
Carbonífera	Morro da Fumaça	Hospital de Caridade São Roque	10	-	30
Carbonífera	Orleans	Fundação Hospitalar Santa Otília			20
Carbonífera	Urussanga	Hospital Nossa Senhora da Conceição	-	30	30
Extremo Sul Catarinense	Araranguá	Hospital Regional Araranguá			15
Extremo Sul Catarinense	Praia Grande	Hospital Nossa Senhora de Fátima	-	8	30
Laguna	Laguna	Hospital Senhor Bom Jesus dos Passos	15	15	30
Laguna	Armazém	Hospital Santo Antônio	-	-	15
Laguna	Rio Fortuna	Hospital Rio Fortuna			10
Laguna	Tubarão	Hospital Nossa Senhora da Conceição	-	-	30
<b>Macrorregião de Saúde do Sul</b>					<b>235</b>
Alto Vale do Itajaí	Ibirama	Hospital Dr Waldomiro Colautti	-	-	30
Alto Vale do Itajaí	Rio do Sul	Hospital e Maternidade Samária (10 Leitos Pediátrico)	22	8	30
Alto Vale do Itajaí	Pouso Redondo	Hospital de Pouso Redondo	-	-	16
Alto Vale do Itajaí	Rio dos Cedros	Hospital Dom Bosco	-	-	30
Médio Vale do Itajaí	Blumenau	Hospital Vila Itoupava			10



Região de Saúde	Município	Unidade	Leitos SM	Leitos Psiquiátricos	Leitos Custeados pela PHC
Médio Vale do Itajaí	Gaspar	Hospital Nossa Senhora Perpétuo Socorro	-	-	30
Médio Vale do Itajaí	Brusque	Hospital Arquidiocesano Consul Carlos Renaux	4	-	30
Médio Vale do Itajaí	Pomerode	Hospital e Maternidade Rio do Texto			10
Médio Vale do Itajaí	Timbó	Hospital OASE	4	-	10
<b>Macrorregião de Saúde do Vale do Itajaí</b>					<b>196</b>
<b>Total Geral</b>					<b>1.455</b>

Os valores de incremento para os leitos de saúde mental em 2021 serão mensalmente R\$10.000,00 como parcela fixa para o hospital que tem leitos de saúde mental implantados. Some-se a este incremento o valor de R\$ 1.500,00 por leito de saúde mental adulto e R\$ 2.000,00 por leito de saúde mental pediátrico disponíveis para a regulação estadual.

#### 4. HOSPITAIS QUE REALIZAM PARTOS

Para definir os hospitais de referência para partos, foram identificadas as unidades hospitalares que tiveram produção SUS de 200 (duzentos) ou mais partos em 2018. A seguir, foram identificados os vazios assistenciais para atenção ao parto de baixo risco e nestes vazios, as unidades hospitalares que realizaram menos de 200 (duzentos) partos pelo SUS em 2019. Desta forma, foram elencadas 59 (cinquenta e nove) unidades hospitalares como referência regionalizada para a atenção ao parto, sendo estas incluídas na Política Hospitalar Catarinense. Os hospitais identificados como referência para parto na Política Hospitalar Catarinense, para receber o incentivo relativo ao seu porte e desempenho dentro desta política.

Na atualização de 2021 foi estabelecido um valor de incentivo para os hospitais que são referência para parto na PHC. Para os hospitais referência para o baixo risco o incentivo será de acordo com a taxa de partos normais realizados no ano de 2019. Os hospitais com taxa de parto normal SUS 60% ou mais receberão o valor mensal de R\$ 50.000,00. Os hospitais que neste mesmo ano tiveram taxa de parto normal SUS menor do que 60% receberão o valor mensal de R\$ 30.000,00. Os percentuais serão reavaliados anualmente.

Para os hospitais referência para parto de alto risco que alcancem 60% ou mais de parto normal, ofertem atendimento de ambulatório de gestação de alto risco por meio do sistema de regulação e possuam casa de gestante bebê e puérpera, para sua área de abrangência no Plano Estadual da Rede Cegonha, farão jus ao incentivo de R\$ 50.000,00 mensais. Caso não alcancem taxa de parto normal de 60% e ofertem atendimento de ambulatório de gestação de alto risco por meio do sistema de regulação e possuam casa de gestante bebê e puérpera para sua área de abrangência no Plano Estadual da Rede Cegonha farão jus ao incentivo de R\$ 30.000,00. Os percentuais e a ofertas de serviços serão reavaliados anualmente.

#### 4.1 Hospitais de Referência para Partos na Política Hospitalar Catarinense:

Região de Saúde	Município	Unidade	Referência para Partos
<b>Macrorregião de Saúde da Foz do Rio Itajaí</b>			
Foz do Rio Itajaí	Balneário Camboriú	Hospital Municipal Ruth Cardoso	Alto Risco e Baixo Risco
Foz do Rio Itajaí	Itajaí	Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen	Alto Risco e Baixo Risco
Foz do Rio Itajaí	Navegantes	Hospital Nossa Senhora dos Navegantes	Baixo Risco
<b>Macrorregião de Saúde da Grande Florianópolis</b>			
Grande Florianópolis	Biguaçu	Hospital Regional Helmuth Nass	Baixo Risco
Grande Florianópolis	Florianópolis	Maternidade Carmela Dutra	Alto Risco e Baixo Risco
Grande Florianópolis	Florianópolis	Hospital Universitário	Alto Risco e Baixo Risco
Grande Florianópolis	São João Batista	Hospital Monsenhor José Locks de São João Batista	Baixo Risco
Grande Florianópolis	São José	Hospital Regional de São José Dr Homero Miranda Gomes	Alto Risco e Baixo Risco
<b>Macrorregião de Saúde do Grande Oeste</b>			
Extremo Oeste	Dionísio Cerqueira	Instituto Santé Hospital de Dionísio Cerqueira	Baixo Risco
Extremo Oeste	Itapiranga	Sociedade Hospitalar Itapiranga	Baixo Risco
Extremo Oeste	Maravilha	Hospital São José de Maravilha	Baixo Risco
Extremo Oeste	São Miguel do Oeste	Hospital Regional Terezinha Gaio Basso	Alto Risco e Baixo Risco
Oeste	Chapecó	Hospital Regional do Oeste	Alto Risco e Baixo Risco
Oeste	Palmitos	Hospital Palmitos	Baixo Risco
Oeste	Pinhalzinho	Hospital de Pinhalzinho	Baixo Risco
Oeste	Quilombo	Hospital São Bernardo	Baixo Risco
Xanxerê	Abelardo Luz	Hospital Rogacionista Evangélico	Baixo Risco
Xanxerê	São Lourenço do Oeste	Hospital da Fundação	Baixo Risco
Xanxerê	Xanxerê	Hospital Regional São Paulo ASSEC	Alto Risco e Baixo Risco
Xanxerê	Xaxim	Hospital Frei Bruno	Baixo Risco
<b>Macrorregião de Saúde do Meio Oeste e Serra Catarinense</b>			
Alto Uruguai Catarinense	Concórdia	São Francisco	Alto Risco e Baixo Risco
Alto Uruguai Catarinense	Seara	Hospital São Roque de Seara	Baixo Risco
Alto Vale do Rio do Peixe	Caçador	Hospital Maice	Baixo Risco
Alto Vale do Rio do Peixe	Curitibanos	Hospital Hélio Anjos Ortiz	Alto Risco e Baixo Risco
Alto Vale do Rio do Peixe	Fraiburgo	Associação Fraiburguense de Saúde Coletiva AFSC	Baixo Risco
Alto Vale do Rio do Peixe	Videira	Hospital Salvatoriano Divino Salvador	Baixo Risco
Meio Oeste	Campos Novos	Fundação Hospitalar Dr José Athanásio	Baixo Risco
Meio Oeste	Capinzal	Hospital Nossa Senhora das Dores	Baixo Risco
Meio Oeste	Joaçaba	Hospital Universitário Santa Terezinha	Baixo Risco

Região de Saúde	Município	Unidade	Referência para Partos
Serra Catarinense	Lages	Hospital Geral e Maternidade Tereza Ramos	Alto Risco e Baixo Risco
Serra Catarinense	São Joaquim	Hospital de Caridade Coração de Jesus	Baixo Risco
<b>Macrorregião de Saúde do Planalto Norte e Nordeste</b>			
Vale do Itapocú	Jaraguá do Sul	Hospital e Maternidade Jaraguá	Alto Risco e Baixo Risco
Nordeste	Joinville	Maternidade Darcy Vargas	Alto Risco e Baixo Risco
Nordeste	São Francisco do Sul	Hospital Municipal Nossa Senhora da Graça	Baixo Risco
Planalto Norte	Canoinhas	Hospital Santa Cruz de Canoinhas	Baixo Risco
Planalto Norte	Mafra	Maternidade Dona Catarina Kuss	Alto Risco e Baixo Risco
Planalto Norte	Papanduva	Hospital São Sebastião	Baixo Risco
Planalto Norte	Porto União	Hospital de Caridade São Braz	Baixo Risco
Planalto Norte	Rio Negrinho	Hospital Rio Negrinho	Baixo Risco
Planalto Norte	São Bento do Sul	Hospital e Maternidade Sagrada Família	Baixo Risco
Planalto Norte	Três Barras	Hospital Félix da Costa Gomes	Baixo Risco
<b>Macrorregião de Saúde Sul</b>			
Carbonífera	Criciúma	Hospital Materno Infantil Santa Catarina	Alto Risco e Baixo Risco
Carbonífera	Içara	Fundação Social Hospitalar de Içara	Baixo Risco
Carbonífera	Orleans	Fundação Hospitalar Santa Otília	Baixo Risco
Extremo Sul Catarinense	Araranguá	Hospital Regional de Araranguá Deputado Affonso Guizzo	Alto Risco e Baixo Risco
Laguna	Braço do Norte	Hospital Santa Teresinha	Baixo Risco
Laguna	Imbituba	Hospital São Camilo	Baixo Risco
Laguna	Laguna	Hospital de Caridade S B J dos Passos	Baixo Risco
Laguna	Tubarão	Hospital Nossa Senhora da Conceição	Alto Risco e Baixo Risco
<b>Macrorregião de Saúde do Vale do Itajaí</b>			
Alto Vale do Itajaí	Ibirama	Hospital Dr Waldomiro Colautti	Baixo Risco
Alto Vale do Itajaí	Ituporanga	Hospital Bom Jesus	Baixo Risco
Alto Vale do Itajaí	Rio do Sul	Hospital Regional Alto Vale	Alto Risco e Baixo Risco
Alto Vale do Itajaí	Taió	Hospital e Maternidade Dona Lisette	Baixo Risco
Médio Vale do Itajaí	Blumenau	Hospital Santo Antônio	Alto Risco e Baixo Risco
Médio Vale do Itajaí	Brusque	Hospital Azambuja	Baixo Risco
Médio Vale do Itajaí	Gaspar	Hospital de Gaspar	Baixo Risco
Médio Vale do Itajaí	Indaial	Hospital Beatriz Ramos	Baixo Risco
Médio Vale do Itajaí	Pomerode	Hospital e Maternidade Rio do Testo	Baixo Risco
Médio Vale do Itajaí	Timbó	Hospital e Maternidade OASE	Baixo Risco

São exigências para o hospital receber o recurso de incentivo da Política Hospitalar Catarinense na atenção ao parto, ser referência regionalizada em baixo ou alto risco de acordo

com seu perfil assistencial. Os hospitais de referência para alto risco deverão manter atendimento presencial médico 24 (vinte e quatro) horas (obstetra, pediatra e anestesista) e enfermagem.

Para os hospitais de baixo risco manter atendimento presencial de médico e enfermeiro 24h dispondo de médico obstetra, pediatra e anestesista para os atendimentos. Desenvolver projeto assistencial, baseado nos protocolos estabelecidos pela SES/SC e realizar a triagem neonatal. A atenção ao alto risco demanda habilitação por parte do Ministério da Saúde e aprovação no Plano de Ação da Rede Cegonha.

Todos os hospitais que realizam parto assumem o compromisso de ter os médicos assistentes e os enfermeiros capacitados para urgência e emergência obstétrica e reanimação neonatal no prazo máximo de um ano. Assumem também o compromisso de inserir gradativamente enfermeira obstetra na equipe.

## **5. HOSPITAISQUE REALIZAM CIRURGIAS ELETIVAS**

Este braço da política estadual abrange os procedimentos que estão em fila de espera em cada macrorregião de saúde e tem por objetivo organizar a demanda mensal de procedimentos de forma que as unidades hospitalares saibam previamente quantos e quais procedimentos executarão mensalmente de forma contínua. Desta forma objetiva-se dar vazão aos diferentes grupos de procedimentos cirúrgicos diminuindo o tempo de espera pelo atendimento.

Estes serviços receberão incentivo financeiro mensal de acordo com seu porte na Política Hospitalar Catarinense e um incremento estadual para cada procedimento faturado com faixa de AIH ou faixa de APAC dentro do bloco de procedimentos da PHC seguindo critérios pré-definidos. Para os procedimentos cirúrgicos eletivos de média complexidade a definição do valor do incremento teve como base a média do custo do Estado.

Para realização dos procedimentos cirúrgicos de média complexidade com pagamento de incremento estadual é necessário primeiramente cumprir a cota cirúrgica definida no Plano Operativo Contratual (Teto MAC – PPI). Para realização dos procedimentos cirúrgicos de alta complexidade o hospital deverá cumprir o estabelecido no seu Termo de Garantia e Compromisso de Acesso de Alta Complexidade para então realizar os procedimentos estabelecidos para o seu Porte. Os procedimentos de cada porte estão listados no anexo I.

Para que não tenha desconto do recurso da PHC terá que cumprir o número mínimo de cirurgias eletivas do seu Teto nesta Política. Após, conforme capacidade instalada, pode ampliar a realização de procedimentos cirúrgicos eletivos de média complexidade com incremento estadual. O valor de incremento estadual e os procedimentos de média complexidade elencados constam na Deliberação CIB nº 008/2021 e suas atualizações.

A participação das unidades hospitalares nesta Política está condicionada a sua

capacidade instalada. Desta forma, hospitais de todos os portes participam na realização de procedimentos cirúrgicos eletivos colaborando para reduzir a fila de espera vinculada a regulação estadual. Os hospitais classificados como Porte I, II e III realizam cirurgias eletivas de média complexidade. Os hospitais classificados como Porte IV, V e VI realizam cirurgias eletivas de alta complexidade.

O incremento dos procedimentos cirúrgicos de média complexidade inclui todas as despesas relacionadas ao ato cirúrgico, pré e pós operatório, não cabendo a cobrança de insumos por meio de pagamento administrativo.

As intercorrências dos pós operatórios, reintervenções e revisões cirúrgicas serão de responsabilidade da unidade hospitalar que realizará o procedimento cirúrgico.

Os procedimentos cirúrgicos eletivos de média complexidade (extra teto MAC - PPI) e o incremento estadual serão pagos mediante produção. O encontro de contas será efetuado mensalmente conforme Deliberação CIB nº 008/21 e suas atualizações.

Os procedimentos de alta complexidade serão custeados pela SES mediante encontro de contas mensais a partir da produção aprovada com faixa AIH específica para acompanhamento.

As demandas por procedimentos cirúrgicos eletivos, tanto de média complexidade quanto de alta complexidade, serão extraídas da fila de espera da Regulação Estadual. A busca pelo acesso ao serviço executante será iniciada dentro da Região de Saúde, após na Macrorregião de Saúde e se necessário em outras Macrorregiões, conforme a disponibilidade de prestadores.

Procedimentos realizados em hospitais sob Gestão Municipal ou Gestão Estadual:

Serão incluídos no contrato os procedimentos os subgrupos cirúrgicos da tabela SIGTAP desta Política. Para processar procedimentos a unidade terá que cumprir primeiramente a cota do teto MAC já estabelecida no contrato vigente para o grupo cirúrgico de média e alta complexidade. O recurso da produção e do incremento estadual previsto na PHC para os procedimentos cirúrgicos será repassado para o Fundo Municipal de Saúde com base na produção realizada com a faixa especial.

No convênio ou contrato constarão cláusulas pertinentes ao cumprimento do Plano Operativo do Contrato, além do valor definido pelo Porte e desempenho na PHC e o número mínimo de cirurgias eletivas a cumprir definido também para o seu Porte. A gestão estadual adota o acompanhamento do contrato tendo em vista o modelo vigente de contrato que estabelece cotas por grupos de procedimentos de forma a fortalecer o cumprimento das metas já contratualizadas.

Os municípios também devem acompanhar o cumprimento das cotas dos serviços sob sua gestão por meio da comissão de acompanhamento de contrato. Deverão enviar para a SES/GEARS cópia do contrato vigente com o plano operativo que estabelece as cotas a serem cumpridas nos grupos de procedimentos.

Mensalmente por meio da produção aprovada pelo DATASUS assim que as bases de

dados mensais estiverem à disposição para tabulação no mês de processamento a Gerência de Controle e Avaliação do Sistema (GECO) fará os relatórios de controle e avaliação da produção e encaminhará para a Gerência de Execução Orçamentária (GEROR) para pagamento. Serão utilizadas as faixas de AIH e APAC conforme estipulado na Deliberação CIB nº 008/2021.

A SES utilizará a faixa especial de numeração de Autorização de Internação Hospitalar (AIH) dos procedimentos até então de campanha que será válida para o processamento dos procedimentos desta Política. As cirurgias eletivas incluídas na PHC serão realizadas pelas unidades hospitalares que aderirem a esta Política.

O encontro de contas deverá apresentar: município de realização do procedimento, unidade hospitalar prestadora do serviço, valor total, por procedimento e incremento, quando for cirurgia de média complexidade.

No que tange ao financiamento de Cirurgias Múltiplas, o procedimento principal da Cirurgia Múltipla deverá estar incluso no rol de procedimentos elegíveis da referida Política.

Para que o serviço hospitalar receba o recurso de incremento dos procedimentos cirúrgicos eletivos terá que comprovar alguns requisitos:

a) A comprovação de equipe para atendimento dos procedimentos cirúrgicos será realizada pelo cadastro no CNES e pelo Certificado de Regularidade no Conselho Regional de Medicina com a Declaração de Atividades Médicas formalizada contendo exames e procedimentos a serem ofertados, bem como equipe médica assistencial. O registro de especialidade no Conselho de Medicina será exigido de acordo com o estabelecido pela tabela do SIGTAP.

b) Ter Núcleo Interno de Regulação e Agendamentos de procedimentos.

c) Apresentar declaração se possui ou não terceirizados (individual ou empresa) prestando serviços na atividade cirúrgica. Em caso de terceirização da atividade cirúrgica deverá ser informada ao respectivo gestor do contrato a formalização contratual entre a unidade hospitalar e a empresa terceirizada que executará a atividade, bem como apresentar Alvará Sanitário vigente da empresa contratada e o Certificado de Regularidade Técnica junto ao Conselho de Classe.

d) Notificar mensalmente a taxa de infecção no sítio cirúrgico até o 15º dia do mês a Comissão Estadual de Segurança do Paciente da SES (CESP).

e) Ter mecanismos de vigilância pós alta para detecção de casos de infecção de sítio cirúrgico.

f) Ter Núcleo de Segurança do Paciente cadastrado no sistema NOTIVISA/ANVISA e checklist de cirurgia segura implantado.

Estes requisitos serão acompanhados pela GERIH, GEARS, GCONV, GECO, SUV, DIVS, pelas Comissões de Acompanhamento de Contratos da SES, bem como pelos gestores e fiscais dos contratos e pelos Municípios.

## 5.1 Fluxo de Acesso aos Procedimentos

Mensalmente a Central Regional de Regulação de Internação Hospitalar (CRRIH) encaminhará a programação cirúrgica conforme fila do SISREG, de acordo com o pactuado à unidade hospitalar, compartilhada em drive também com os municípios.

A unidade hospitalar entrará em contato com os pacientes e organizará o mapa cirúrgico, também compartilhado em drive com os municípios.

O município fará a busca ativa dos pacientes não localizados pela unidade hospitalar, informando à unidade hospitalar por e-mail quando não localizado, utilizando formulário específico que será elaborado pela SUR.

A unidade hospitalar comunica por e-mail, à CRRIH a não localização do paciente. Caso o paciente não seja localizado pela unidade hospitalar e nem pelo município, a CRRIH nega/cancela a solicitação no SISREG.

A partir do recebimento da agenda da regulação estadual a unidade hospitalar fará o agendamento interno de consultas e exames necessários para confirmação diagnóstica, para o pré operatório, operatório e pós operatório.

Fica estabelecida a parceria entre as Federações e Associação dos Hospitais Filantrópicos para elencar um representante Macrorregional para fazer apoio e orientação às instituições hospitalares para adesão e cumprimento das metas desta Política.

Fica estabelecida a parceria com o COSEMS a partir dos seus apoiadores regionais para articular com os gestores municipais o acompanhamento da execução desta Política.

Os valores dos procedimentos de média complexidade e do incremento estadual estão detalhados nos Anexos da Deliberação CIB nº 08/2021 e suas atualizações. Os procedimentos de alta complexidade são definidos por alta complexidade e especialidade conforme habilitação do hospital junto ao Ministério da Saúde e fila de espera da Regulação Estadual.

## 5.2 Número Mínimo de Procedimentos Cirúrgicos Eletivos

O número mínimo de cirurgias eletivas está estabelecido de acordo com o Porte do serviço hospitalar na Política Hospitalar Catarinense:

Porte na PHC	Nº Procedimentos Cirúrgicos Eletivos Mês
Porte VI	150
Porte V	120
Porte IV	100
Porte III	120
Porte II	70
Porte I	50

O acompanhamento da realização deste número de cirurgias se dará por meio do contrato. A cada quatro competências será avaliada pela comissão de acompanhamento o cumprimento da meta mínima de cirurgias eletivas do quadrimestre. O não cumprimento das metas determinará desconto no incentivo da Política Hospitalar Catarinense da seguinte forma:

- Cumprimento de 95% acima não terá desconto.
- Cumprimento de 94% a 80% - desconto de 10%.
- Cumprimento de 79 a 60% - desconto de 15%.
- Cumprimento de 59 a 40% - desconto de 25%.
- Cumprimento de 39 a 20% - desconto de 40%.
- Cumprimento de 19 a 0% - desconto de 60%.

O desconto acontecerá no recurso que tem direito conforme matriz de desempenho do respectivo porte no quadrimestre subsequente ao avaliado tanto no contrato sob gestão estadual quanto no convênio para os hospitais que estão sob gestão municipal.

A Gerência de Controle e Avaliação do Sistema (GECO) informará a Gerência de Articulação das Redes de Atenção à Saúde (GEARS) e a Gerência de Convênios (GCONV) para que o desconto seja efetivado nos convênios. Para os hospitais sob gestão estadual a GECO fará o desconto no repasse aos hospitais.



Acompanhamento:

Mês de Assinatura do Contrato/Convênio	Competências monitoradas	Período de Apuração dos Resultados	Mês de Reunião da Comissão	Meses de Execução do Repasse com os Descontos
Janeiro	Janeiro a abril	Maió a agosto	Agosto	Setembro a dezembro
Maió	Maió a agosto	Setembro a dezembro	Dezembro	Janeiro a abril
Setembro	Setembro a dezembro	Janeiro a abril	Abril	Maió a agosto

O desempenho alcançado pelo hospital na realização do número de cirurgias eletivas estabelecidas para o Porte em que se enquadra em cada uma das apurações quadrimestrais impactará nos valores dos recursos financeiros do incentivo da PHC a serem repassados nos períodos estabelecidos no quadro acima.

Na hipótese de o Contrato/Convênio ser assinado em meses diferentes do previsto acima, fazendo com que, no primeiro período, sejam contemplados apenas dois ou três meses entre os que serão monitorados, será mantido o período de apuração dos resultados e o monitoramento recairá sobre os dois ou três meses iniciais.

Na hipótese de o Contrato/Convênio ser assinado em meses diferentes do previsto acima, fazendo com que, no primeiro período, seja contemplado apenas um mês entre os que serão monitorados, este primeiro mês terá pagamento integral e o acompanhamento das metas dar-se-á a partir do quadrimestre subsequente.

Caso o hospital sob gestão municipal não apresente a documentação necessária para firmar convênio para receber o incentivo da PHC, conforme matriz de desempenho e porte, receberá os recursos referentes a produção de cirurgias eletivas, incluindo o incremento estadual dos procedimentos realizados, por meio de repasse fundo estadual para fundo municipal de saúde.

## **6. HOSPITAIS QUE REALIZAM ATENÇÃO ODONTOLÓGICA A PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

Este braço da Política abrange hospitais que serão referência para atendimento odontológico de pacientes com necessidades especiais nos procedimentos que exijam anestesia ou sedação para sua realização. O procedimento 0414020413 - tratamento odontológico para pacientes com necessidades especiais está incluído no rol de procedimentos eletivos com incremento estadual na Deliberação CIB nº 008/2021.

Foram listados hospitais nas Regiões de Saúde do Estado apontados como possíveis referências regionais para este atendimento. Para a adesão a esta ação os hospitais elencados abaixo deverão encaminhar manifestação de adesão assinada pela direção do Hospital, gestor do município sede e presidente da CIR.

A partir da adesão o hospital receberá o valor de R\$ 5.000,00 mensais para complementar o custeio de no mínimo 10 horas semanais de odontólogo com experiência no atendimento a pacientes com necessidades especiais (PNE) ou cursos de aperfeiçoamento em PNE ou especialização em PNE. O hospital garantirá a realização da sedação ou anestesia de acordo com a necessidade apontada pelo odontólogo. O hospital ofertará no mínimo 03 (três) vagas semanais para a regulação estadual para o atendimento de pacientes com necessidades especiais encaminhados pelas equipes de atenção primária à saúde e pelos Centros de Especialidades Odontológica dos municípios.

O valor do incentivo estadual será repassado mensalmente por meio do contrato para os hospitais sob gestão estadual e por convênio para os hospitais sob gestão municipal. Independentemente da gestão o quantitativo de procedimentos deverá ser incluído nos contratos pelo respectivo gestor para serem processados como AIH Estadual conforme Deliberação CIB nº 08/2021. A produção será custeada conforme estabelecido nesta Deliberação.

Para os hospitais que fizerem a adesão e não apresentarem produção (procedimento 0414020413 - tratamento odontológico para pacientes com necessidades especiais) na avaliação da PHC o recurso será suspenso. Os Hospitais públicos estaduais sob administração direto e/ou Organização Social e o Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani De São Thiago, não receberam este incentivo previsto desta política.

#### Lista dos hospitais atenção odontológica a pacientes com necessidades especiais:

Macrorregião de Saúde	Região de saúde	CNES	Hospital	Município
Sul	Carbonífera	2420015	Fundação Social Hospitalar De Içara	Içara
		2419653	Hospital Nossa Senhora Da Conceição	Urussanga
		2594277	Hospital Materno Infantil Santa Catarina	Criciúma
	Laguna	2665883	Hospital Santa Teresinha	Braço do Norte
	Extremo Sul Catarinense	2691515	Hospital Regional De Araranguá Deputado Affonso Guizzo	Araranguá
		2691558	Hospital São Marcos	Nova Veneza
Grande Florianópolis	Grande Florianópolis	3157245	Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani De São Thiago	Florianópolis
		2691868	Hospital Infantil Joana De Gusmão	Florianópolis
		7486596	Hospital Regional De Biguaçu Helmuth Nass	Biguaçu
		2626659	Hospital São José Tijucas	Tijucas
		2778831	Hospital Nossa Senhora Da Imaculado Conceição	Nova Trento
		2418177	Hospital São Francisco	Santo Amaro da Imperatriz
Vale do Itajaí	Alto Vale do Itajaí	2379627	Hospital Samaria	Rio do Sul
		2691884	Hospital Dr Waldomiro Colautti	Ibirama
		2377829	Hospital Bom Jesus	Ituporanga
	Médio Vale do Itajaí	2522411	Hospital Azambuja	Brusque
		2522489	Associação Hospital E Maternidade Dom Joaquim	Brusque
		2521873	Hospital Beatriz Ramos	Indaial
		2691485	Hospital De Gaspar	Gaspar

Macrorregião de Saúde	Região de saúde	CNES	Hospital	Município
Foz do Rio Itajaí	Foz do Rio Itajaí	2744937	Hospital Infantil Pequeno Anjo	Itajaí
		2674327	Hospital Nossa Senhora Dos Navegantes	Navegantes
		2691469	Hospital De Penha	Penha
Planalto Norte e Nordeste	Nordeste	2521296	Hospital Bethesda	Joinville
		6048692	Hospital Infantil Dr Jeser Amarante Faria	Joinville
	Vale do Itapocú	2306344	Hospital e Maternidade Jaraguá	Jaraguá do Sul
		Planalto Norte	2491249	Hospital Santa Cruz De Canoinhas
	2664992		Hospital São Luiz	Campo Alegre
	2543044		Hospital De Caridade São Braz	Porto União
Meio Oeste e Serra Catarinense	Alto Vale do Rio do Peixe	2302500	Hospital Salvatoriano Divino Salvador	Videira
		2301830	Hospital Maice	Caçador
		2302101	Hospital Hélio Anjos Ortiz	Curitibanos
		7274351	Hospital Aceni	Fraiburgo
	Meio Oeste	2379767	Fundação Hospitalar Dr José Athanazio	Campos Novos
		2560771	Hospital Universitário Santa Terezinha	Joaçaba
	Alto Uruguai Catarinense	2303892	Hospital São Francisco	Concórdia
		2304155	Hospital São Roque De Seara	Seara
		2689863	Associação Beneficente Hospitalar São Camilo Peritiba	Peritiba
		6249604	Hospital São Camilo	Ipumirim
	Serra Catarinense	2662914	Hospital Infantil Seara Do Bem	Lages
	Grande Oeste	Oeste	7286082	Hospital Da Criança Augusta Muller Bohner
2538571			Associação Hospitalar Pe Joao Berthier	São Carlos
2664984			Hospital Palmitos	Palmitos
2537826			Hospital De Pinhalzinho	Pinhalzinho
2626667			Hospital Cunha Porã	Cunha Porã
2538342			Hospital São Bernardo	Quilombo
Xanxerê		2410834	Hospital Rogacionista Evangélico	Abelardo Luz
		2411245	Associação Hospitalar De Vargeão	Vargeão
		2411415	Hospital Frei Bruno	Xaxim
		2411164	Hospital Santa Luzia De Deolindo José Baggio	Ponte Serrada
		2553155	Hospital Da Fundação	São Lourenço do Oeste
Extremo Oeste		6683134	Hospital Regional Terezinha Gaio Basso	São Miguel do Oeste
		2658372	Instituto Santé Hospital De Dionísio Cerqueira	Dionísio Cerqueira
		2538180	Hospital São José De Maravilha	Maravilha

## 7. HOSPITAIS INCLUÍDOS NA POLÍTICA HOSPITALAR CATARINENSE

Após a aplicação dos critérios de classificação por porte identificamos 151 (cento e cinquenta e uma) unidades classificadas em porte e mais 22 (vinte e dois) unidades incluídas com pendência totalizando 173 (cento e setenta e três) unidades hospitalares que foram incluídas na Política Hospitalar Catarinense no ano de 2021:

<b>Unidades</b>	<b>Hospitais Filantrópicos e/ou Municipais</b>	<b>Hospitais Próprios da SES/HU</b>	<b>Total Geral</b>
Porte VI	07	03	10
Porte V	08	04	12
Porte IV	08	04	12
Porte III	17	05	21
Porte II	36	04	41
Porte I	54	01	55
Incluídos pendentos de Porte	22	-	22
<b>Total</b>	<b>152</b>	<b>21</b>	<b>173</b>

Os 22 hospitais que estão pendentos para receber recurso da PHC terão quatro meses para adequação do número mínimo de 20 leitos, taxa de ocupação, número de clínicas e serviços diagnósticos. Poderão definir ser referência para a região com leitos de saúde mental, ou leitos de cuidados prolongados ou realizar cirurgias eletivas.

**A seguir, estão relacionadas às Unidades Hospitalares de acordo com os pontos aferidos pela aplicação dos critérios da estratificação por porte na Política Hospitalar Catarinense para o ano de 2021:**

Região de Saúde	Município	CNES	Estabelecimento	Porte			Serviços				
				Pontos	Porte	Teto Máximo	Saúde Mental	Partos	Cirurgias Eletivas	Saúde Bucal Hosp.	Outros Serviços
Foz do Rio Itajaí	Itajaí	2522691	HOSPITAL E MATERNIDADE MARIETA KONDER BORNHAUSEN	31	VI	R\$ 2.000.000,00	-	Alto Risco e Baixo Risco	150		-
Laguna	Tubarão	2491710	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO	30	VI	R\$ 2.000.000,00	30	Alto Risco e Baixo Risco	150	-	-
Oeste	Chapecó	2537788	HOSPITAL REGIONAL DO OESTE	30	VI	R\$ 2.000.000,00	10	Alto Risco e Baixo Risco	150	-	-
Grande Florianópolis	São José	2555646	HOSPITAL REGIONAL DE SAO JOSE DRHOMERO MIRANDA GOMES	28	VI	-	-	Alto Risco e Baixo Risco	150	-	-
Carbonífera	Criciúma	2758164	HOSPITAL SAO JOSE	28	VI	R\$ 2.000.000,00	-	-	150	-	-
Médio Vale do Itajaí	Blumenau	2558254	HOSPITAL SANTO ANTONIO	28	VI	R\$ 2.000.000,00	-	Alto Risco e Baixo Risco	150	-	-
Nordeste	Joinville	6048692	HOSPITAL MATERNO INFANTIL DR JESER AMARANTE FARIA	28	VI	-	14	-	150	Sim	-
Nordeste	Joinville	2436450	HOSPITAL REGIONAL HANS DIETER SCHMIDT	27	VI	-	30	-	150	-	-
Nordeste	Joinville	2436469	HOSPITAL MUNICIPAL SAO JOSE	27	VI	R\$ 2.000.000,00	-	-	150	-	-
Alto Vale do Itajaí	Rio do Sul	2568713	HOSPITAL REGIONAL ALTO VALE	26	VI	R\$ 2.000.000,00	-	Alto Risco e Baixo Risco	150	-	-
Médio Vale do Itajaí	Blumenau	2558246	HOSPITAL SANTA ISABEL	25	V	R\$ 1.500.000,00	-	-	120	-	-
Grande Florianópolis	Florianópolis	3157245	HOSPITAL UNIVERSITARIO	25	V	-	10	Alto Risco e Baixo Risco	120	Sim	-
Grande Florianópolis	Florianópolis	2691868	HOSPITAL INFANTIL JOANA DE GUSMAO	24	V	-	10	-	120	Sim	-
Alto Uruguai Catarinense	Concórdia	2303892	HOSPITAL SAO FRANCISCO	24	V	R\$ 1.500.000,00	20	Alto Risco e Baixo Risco	120	Sim	-
Xanxerê	Xanxerê	2411393	HOSPITAL REGIONAL SAO PAULO ASSEC	24	V	R\$ 1.500.000,00	20	Alto Risco e Baixo Risco	120	-	-
Vale do Itapocú	Jaraguá do Sul	2306336	HOSPITAL SAO JOSE	23	V	R\$ 1.500.000,00	-	-	120	-	-
Meio Oeste	Joaçaba	2560771	HOSPITAL UNIVERSITARIO SANTA TEREZINHA	22	V	R\$ 1.500.000,00	10	Baixo Risco	100	Sim	-
Grande Florianópolis	Florianópolis	2691841	HOSPITAL GOVERNADOR CELSO RAMOS	22	V	-	-	-	120	-	-
Planalto Norte	Mafra	2379333	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO	22	V	R\$ 1.500.000,00	-	-	120	-	-
Alto Vale do Rio do Peixe	Caçador	2301830	HOSPITAL MAICE	21	V	R\$ 1.500.000,00	-	Baixo Risco	120	Sim	-

Região de Saúde	Município	CNES	Estabelecimento	Porte			Serviços				
				Pontos	Porte	Teto Máximo	Saúde Mental	Partos	Cirurgias Eletivas	Saúde Bucal Hosp.	Outros Serviços
Serra Catarinense	Lages	2504316	SOCIEDADE MAE DA DIVINA PROVIDENCIAHOSP N SRA DOS PRAZERES	21	V	R\$ 1.500.000,00	-	-	120	-	-
Serra Catarinense	Lages	2504332	HOSPITAL GERAL E MATERNIDADE TEREZA RAMOS	21	V	-	10	Alto Risco e Baixo Risco	120	-	-
Foz do Rio Itajaí	Balneário Camboriú	6854729	HOSPITAL MUNICIPAL RUTH CARDOSO	20	IV	R\$ 1.000.000,00	-	Alto Risco e Baixo Risco	100	-	-
Alto Vale do Rio do Peixe	Curitibanos	2302101	HOSPITAL HELIO ANJOS ORTIZ	20	IV	R\$ 1.000.000,00	30	Alto Risco e Baixo Risco	100	Sim	-
Grande Florianópolis	São José	2302969	ICSC	19	IV	-	-	-	100	-	-
Vale do Itapocú	Jaraguá do Sul	2306344	HOSPITAL E MATERNIDADE JARAGUA	19	IV	R\$ 1.000.000,00	30	Alto Risco e Baixo Risco	100	Sim	-
Planalto Norte	Porto União	2543044	HOSPITAL DE CARIDADE SAO BRAZ	18	IV	R\$ 1.000.000,00	-	Baixo Risco	100	Sim	-
Grande Florianópolis	Florianópolis	19305	HOSPITAL ESTADUAL DE FLORIANOPOLIS	18	IV	-	-	-	100	-	-
Planalto Norte	São Bento do Sul	2521792	HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMILIA	18	IV	R\$ 1.000.000,00	30	-	100	-	-
Médio Vale do Itajaí	Timbó	2537192	HOSPITAL E MATERNIDADE OASE	18	IV	R\$ 1.000.000,00	10	Baixo Risco	100	-	-
Extremo Oeste	São Miguel do Oeste	6683134	HOSPITAL REGIONAL TEREZINHA GAIO BASSO	17	IV	-	-	Alto Risco e Baixo Risco	100	Sim	-
Médio Vale do Itajaí	Brusque	2522411	HOSPITAL AZAMBUJA	17	IV	R\$ 1.000.000,00	30	Baixo Risco	100	Sim	-
Alto Vale do Rio do Peixe	Videira	2302500	HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR	16	IV	R\$ 1.000.000,00	30	Baixo Risco	100	Sim	-
Extremo Sul Catarinense	Araranguá	2691515	HOSP REG DE ARARANGUA DEP AFONSO GUIZZO	16	IV	-	15	Alto Risco e Baixo Risco	100	Sim	-
Carbonífera	Criciúma	2594277	HOSPITAL MATERNO INFANTIL SANTA CATARINA	15	III	-	10	Alto Risco e Baixo Risco	120	Sim	-
Grande Florianópolis	Florianópolis	19445	CEPON	15	III	-	-	-	120	-	-
Serra Catarinense	Lages	2662914	HOSPITAL INFANTIL SEARA DO BEM	15	III	R\$ 450.000,00	10	-	120	Sim	-
Alto Vale do Rio do Peixe	Ibirama	2691884	HOSPITAL DR WALDOMIRO COLAUTTI	15	III	-	30	Baixo Risco	120	Sim	-
Grande Florianópolis	Biguaçu	7486596	HOSPITAL REGIONAL HELMUTH NASS	14	III	R\$ 450.000,00	20	Baixo Risco	120	Sim	-
Carbonífera	Içara	2420015	FUNDACAO SOCIAL HOSPITALAR DE ICARA	13	III	R\$ 450.000,00	-	Baixo Risco	120	Sim	-

Região de Saúde	Município	CNES	Estabelecimento	Porte			Serviços				
				Pontos	Porte	Teto Máximo	Saúde Mental	Partos	Cirurgias Eletivas	Saúde Bucal Hosp.	Outros Serviços
Grande Florianópolis	Florianópolis	19283	MATERNIDADE CARMELA DUTRA	13	III	-	-	Alto Risco e Baixo Risco	120	-	-
Laguna	Braço do Norte	2665883	HOSPITAL SANTA TERESINHA	13	III	R\$ 450.000,00	-	Baixo Risco	120	Sim	-
Alto Vale do Itajaí	Ituporanga	2377829	HOSPITAL BOM JESUS	13	III	R\$ 450.000,00	-	Baixo Risco	120	Sim	-
Nordeste	Joinville	2521296	HOSPITAL BETHESDA	13	III	R\$ 450.000,00	-		120	Sim	-
Planalto Norte	Rio Negrinho	2521695	HOSPITAL RIO NEGRINHO	12	III	R\$ 450.000,00	30	Baixo Risco	120	-	-
Extremo Oeste	Maravilha	2538180	HOSPITAL SAO JOSE DE MARAVILHA	12	III	R\$ 450.000,00	30	Baixo Risco	120	Sim	-
Grande Florianópolis	Florianópolis	19402	IMPERIAL HOSPITAL DE CARIDADE	12	III	R\$ 450.000,00		-	120	-	-
Médio Vale do Itajaí	Indaial	2521873	HOSPITAL BEATRIZ RAMOS	12	III	R\$ 450.000,00	-	Baixo Risco	120	Sim	-
Médio Vale do Itajaí	Gaspar	2691485	HOSPITAL DE GASPAR	12	III	R\$ 450.000,00	30	Baixo Risco	120	Sim	-
Laguna	Laguna	2558017	HOSPITAL DE CARIDADE S B J DOS PASSOS	11	III	R\$ 450.000,00	30	Baixo Risco	120	-	-
Foz do Rio Itajaí	Itajaí	2744937	HOSPITAL UNIVERSITARIO UNIVALI	11	III	R\$ 450.000,00	10	-	120	Sim	-
Carbonífera	Morro da Fumaça	2419378	HOSPITAL DE CARIDADE SAO ROQUE	11	III	R\$ 450.000,00	30	-	120	-	-
Nordeste	Joinville	2436477	MATERNIDADE DARCY VARGAS	11	III	-	-	Alto Risco e Baixo Risco	120	-	-
Nordeste	São Francisco do Sul	7105088	HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DA GRACA	11	III	R\$ 450.000,00	-	Baixo Risco	120	-	-
Alto Vale do Rio do Peixe	Fraiburgo	7274351	ASSOCIACAO FRAIBURGUENSE DE SAUDE COLETIVA AFSC	11	III	R\$ 450.000,00	-	Baixo Risco	120	Sim	-
Meio Oeste	Campos Novos	2379767	FUNDACAO HOSPITALAR DR JOSE ATHANASIO	11	III	R\$ 450.000,00	30	Baixo Risco	120	Sim	-
Laguna	Imbituba	2385880	HOSPITAL SAO CAMILO	10	II	R\$ 100.000,00	-	Baixo Risco	70	-	-
Planalto Norte	Canoinhas	2491249	HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS	10	II	R\$ 100.000,00	15	Baixo Risco	70	Sim	-
Grande Florianópolis	Florianópolis	2664879	HOSPITAL NEREU RAMOS	10	II	-	-	-	70	-	-
Extremo Sul Catarinense	Praia Grande	2305623	HOSPITAL NOSSA SENHORA DE FATIMA	9	II	R\$ 100.000,00	30	-	70	-	-
Médio Vale do Itajaí	Pomerode	2513838	HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO	9	II	R\$ 100.000,00	10	Baixo Risco	70	-	-
Oeste	Chapecó	7286082	HOSPITAL DA CRIANÇA AUGUSTA MULLER BOHNER	9	II	R\$ 100.000,00	10	-	70	Sim	-

Região de Saúde	Município	CNES	Estabelecimento	Porte			Serviços				
				Pontos	Porte	Teto Máximo	Saúde Mental	Partos	Cirurgias Eletivas	Saúde Bucal Hosp.	Outros Serviços
Planalto Norte	Mafra	2379341	MATERNIDADE DONA CATARINA KUSS	9	II	-	-	Alto Risco e Baixo Risco	70	-	-
Alto Vale do Itajaí	Taió	2377616	HOSPITAL E MATERNIDADE DONA LISETTE	9	II	R\$ 100.000,00	-	Baixo Risco	70	-	-
Xanxerê	Ponte Serrada	2411164	HOSPITAL SANTA LUZIA DE DEOLINDO JOSE BAGGIO	9	II	R\$ 100.000,00	30	-	-	Sim	-
Grande Florianópolis	São João Batista	2418967	HOSPITAL MUNICIPAL MONSENHOR JOSE LOCKS	9	II	R\$ 100.000,00	10	Baixo Risco	70	-	-
Extremo Oeste	Dionísio Cerqueira	2658372	HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA	8	II	R\$ 100.000,00		Baixo Risco	70	Sim	-
Foz do Rio Itajaí	Navegantes	2674327	HOSPITAL NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES	8	II	R\$ 100.000,00	15	Baixo Risco	70	Sim	-
Serra Catarinense	São Joaquim	2300516	HOSPITAL DE CARIDADE CORACAO DE JESUS	8	II	R\$ 100.000,00	30	Baixo Risco	70	-	-
Meio Oeste	Capinzal	2380331	HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES	8	II	R\$ 100.000,00	20	Baixo Risco	70	-	-
Carbonífera	Urussanga	2419653	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO HNCS	8	II	R\$ 100.000,00	30	-	70	Sim	-
Planalto Norte	Três Barras	2490935	HOSPITAL FELIX DA COSTA GOMES	8	II	R\$ 100.000,00	23	Baixo Risco	70	-	-
Oeste	Palmitos	2664984	HOSPITAL PALMITOS	8	II	R\$ 100.000,00	25	Baixo Risco	70	Sim	-
Grande Florianópolis	São José	2706369	INSTITUTO DE PSIQUIATRIA IPQ	8	II	-	-	-	-	-	SM
Grande Florianópolis	São José	2778785	CENTRO DE CONVIVENCIA SANTANA	8	II	-	-	-	-	-	SM
Extremo Sul Catarinense	Sombrio	2672839	ISEV INST DE SAUDE E E EDUCACAO VIDA UNIDADE SOMBRIO	8	II	R\$ 100.000,00	-	-	70	-	-
Oeste	Pinhalzinho	2537826	HOSPITAL DE PINHALZINHO	7	II	R\$ 100.000,00	-	Baixo Risco	70	Sim	-
Meio Oeste	Luzerna	2300184	HOSPITAL SAO ROQUE DE LUZERNA	7	II	R\$ 100.000,00	30	-	-	-	SM
Alto Vale do Rio do Peixe	Santa Cecília	2302748	HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA CECILIA	7	II	R\$ 100.000,00	30	-	70	-	-
Alto Uruguai Catarinense	Seara	2304155	HOSPITAL SAO ROQUE DE SEARA	7	II	R\$ 100.000,00	-	Baixo Risco	70	Sim	-
Xanxerê	Abelardo Luz	2410834	HOSPITAL ROGACIONISTA EVANGELICO	7	II	R\$ 100.000,00	15	Baixo Risco	70	Sim	-
Xanxerê	Xaxim	2411415	HOSPITAL FREI BRUNO	7	II	R\$ 100.000,00	20	Baixo Risco	70	Sim	-
Xanxerê	São Lourenço do Oeste	2553155	HOSPITAL DA FUNDACAO	7	II	R\$ 100.000,00	-	Baixo Risco	70	Sim	-
Carbonífera	Orleans	2555840	FUNDACAO HOSPITALAR SANTA OTILIA	7	II	R\$ 100.000,00	20	Baixo Risco	70	-	-
Laguna	Treze de Maio	2778858	HOSPITAL SAO SEBASTIAO	7	II	R\$ 100.000,00	-	-	70	-	-



Região de Saúde	Município	CNES	Estabelecimento	Porte			Serviços				
				Pontos	Porte	Teto Máximo	Saúde Mental	Partos	Cirurgias Eletivas	Saúde Bucal Hosp.	Outros Serviços
Vale do Itapocú	Guaramirim	2492342	HOSPITAL SANTO ANTONIO GUARAMIRIM	7	II	R\$ 100.000,00	-	-	70	-	-
Planalto Norte	Campo Alegre	2664992	HOSPITAL SAO LUIZ	7	II	R\$ 100.000,00	-	-	70	Sim	-
Extremo Oeste	Itapiranga	5749018	SOCIEDADE HOSPITALAR ITAPIRANGA	6	II	R\$ 100.000,00	-	Baixo Risco	70	-	-
Médio Vale do Itajaí	Blumenau	2522209	HOSPITAL MISERICORDIA	6	II	R\$ 100.000,00	10	-	70	-	-
Oeste	São Carlos	2538571	ASSOCIACAO HOSPITALAR PE JOAO BERTHIER	6	II	R\$ 100.000,00	20	-	70	Sim	-
Alto Vale do Itajaí	Rio do Sul	2379627	HOSPITAL SAMARIA	6	II	R\$ 100.000,00	30	-	70	Sim	SM
Grande Florianópolis	Santo Amaro da Imperatriz	2418177	HOSPITAL SAO FRANCISCO	6	II	R\$ 100.000,00	20	-	70	Sim	-
Oeste	Quilombo	2538342	HOSPITAL SAO BERNARDO	6	II	R\$ 100.000,00	20	Baixo Risco	70	Sim	-
Alto Vale do Itajaí	Trombudo Central	2377373	HOSPITAL TROMBUDO CENTRAL	6	II	R\$ 100.000,00	-	-	-	-	-
Grande Florianópolis	Nova Trento	2778831	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA IMACULADA CONCEICAO	6	II	R\$ 100.000,00	20	-	70	Sim	-
Alto Uruguai Catarinense	Lindóia do Sul	2691876	HOSPITAL IZOLDE HUBNER DALMORA	6	II	R\$ 100.000,00	30	-	-	-	SM
Médio Vale do Itajaí	Brusque	2522489	ASSOCIACAO HOSPITAL E MATERNIDADE DOM JOAQUIM	5	I	R\$ 50.000,00	-	-	50	Sim	-
Grande Florianópolis	São Pedro de Alcântara	2302950	HOSPITAL SANTA TERESA	5	I	-	30	-	50	-	SM
Foz do Rio Itajaí	Itapema	2303167	HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTONIO	5	I	R\$ 50.000,00	-	-	50	-	-
Extremo Sul Catarinense	Meleiro	2305534	HOSPITAL SAO JUDAS TADEU	5	I	R\$ 50.000,00	-	-	50	-	-
Extremo Oeste	Mondáí	2378108	HOSPITAL MONDAI	5	I	R\$ 50.000,00	20	-	-	-	-
Extremo Oeste	Iporã do Oeste	2378183	HOSPITAL DE IPORA	5	I	R\$ 50.000,00	-	-	50	-	-
Carbonífera	Lauro Muller	2419246	FUNDACAO HOSPITALAR HENRIQUE LAGE	5	I	R\$ 50.000,00	15	-	-	-	-
Grande Florianópolis	Tijucas	2626659	HOSPITAL SAO JOSE E MATERNIDADE CHIQUINHA GALLOTTI	5	I	R\$ 50.000,00	20	-	50	Sim	-
Médio Vale do Itajaí	Rio do Cedros	6273874	HOSPITAL DOM BOSCO	5	I	R\$ 50.000,00	30	-	50	-	-
Alto Vale do Itajaí	Presidente Getúlio	2377330	HOSPITAL E MATERNIDADE MARIA AUXILIADORA	5	I	R\$ 50.000,00	-	-	50	-	-
Vale do Itapocú	Massaranduba	7847777	HOSPITAL MUNICIPAL JOAO SCHREIBER	5	I	R\$ 50.000,00	-	-	50	-	-
Xanxerê	Vargeão	2411245	ASSOCIACAO HOSPITALAR DE VARGEAO	4	I	R\$ 50.000,00	-	-	50	Sim	-

Região de Saúde	Município	CNES	Estabelecimento	Porte			Serviços				
				Pontos	Porte	Teto Máximo	Saúde Mental	Partos	Cirurgias Eletivas	Saúde Bucal Hosp.	Outros Serviços
Planalto Norte	Papanduva	2379163	HOSPITAL SAO SEBASTIAO	4	I	R\$ 50.000,00	14	Baixo Risco	50	-	-
Extremo Sul Catarinense	Timbé do Sul	2299569	HOSPITAL SANTO ANTONIO AHS	4	I	R\$ 50.000,00	-	-	50	-	-
Extremo Oeste	Tunápolis	2378140	HOSPITAL DE TUNAPOLIS	4	I	R\$ 50.000,00	30	-	-	-	SM
Extremo Oeste	Descanso	2378876	FUNDACAO MÉDICA	4	I	R\$ 50.000,00	18	-	50	-	-
Grande Florianópolis	Angelina	2418304	HOSPITAL E MATERNIDADE NOSSA SENHORA DA CONCEICAO	4	I	R\$ 50.000,00	10	-	50	-	-
Xanxerê	Faxinal do Guedes	2652099	HOSPITAL SAO CRISTOVAO	4	I	R\$ 50.000,00	-	-	50	-	-
Planalto Norte	Itaiópolis	2665107	HOSPITAL SANTO ANTONIO DE ITAIOPOLIS	4	I	R\$ 50.000,00	10	-	-	-	-
Extremo Oeste	Guaraciaba	2378116	ASSOCIACAO BENEFICENTE HOSPITAL SAO LUCAS	4	I	R\$ 50.000,00	-	-	50	-	-
Oeste	Caxambu do Sul	2553163	FUNDACAO MÉDICO ASSISTENCIAL DO TRABALHADOR RURAL	3	I	R\$ 50.000,00	-	-	-	-	-
Oeste	Cunha Porã	2626667	HOSPITAL CUNHA PORA	3	I	R\$ 50.000,00	15	-	50	Sim	-
Serra Catarinense	Otacílio Costa	2300486	HOSPITAL SANTA CLARA	3	I	R\$ 50.000,00	10	-	-	-	-
Extremo Oeste	São José do Cedro	2378809	HOSPITAL CEDRO	3	I	R\$ 50.000,00	-	-	50	-	-
Meio Oeste	Água Doce	2380188	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA PAZ	3	I	R\$ 50.000,00	-	-	-	-	-
Laguna	Armazém	2550938	HOSPITAL SANTO ANTONIO HSA	3	I	R\$ 50.000,00	15	-	-	-	-
Laguna	Jaguaruna	2550962	HOSPITAL DE CARIDADE DE JAGUARUNA	3	I	R\$ 50.000,00	-	-	-	-	-
Foz do Rio Itajaí	Luiz Alves	2672154	HOSPITAL HOSCOLA	3	I	R\$ 50.000,00	15	-	-	-	SM
Foz do Rio Itajaí	Penha	2691469	HOSPITAL DE PENHA	3	I	R\$ 50.000,00	15	-	50	Sim	-
Carbonífera	Nova Veneza	2691558	CORPORE HOSPITAL SAO MARCOS NOVA VENEZA	3	I	R\$ 50.000,00	-	-	50	Sim	-
Alto Uruguai Catarinense	Itá	2691566	HOSPITAL SAO PEDRO	3	I	R\$ 50.000,00	10	-	50	-	SM
Alto Uruguai Catarinense	Ipumirim	6249604	HOSPITAL SAO CAMILO	3	-	-	-	-	-	Sim	-
Serra Catarinense	Urubici	2300885	HOSPITAL SAO JOSE DE URUBICI	2	I	R\$ 50.000,00	15	-	-	-	SM
Serra Catarinense	Anita Garibaldi	2300435	HOSPITAL FREI ROGERIO	2	I	R\$ 50.000,00	10	-	-	-	-
Extremo Sul Catarinense	Turvo	2305097	HSS HOSPITAL SAO SEBASTIAO	2	I	R\$ 50.000,00	-	-	-	-	-

Região de Saúde	Município	CNES	Estabelecimento	Porte			Serviços				
				Pontos	Porte	Teto Máximo	Saúde Mental	Partos	Cirurgias Eletivas	Saúde Bucal Hosp.	Outros Serviços
Alto Vale do Itajaí	Pouso Redondo	2377225	HOSPITAL DE POUSO REDONDO	2	I	R\$ 50.000,00	16	-	50	-	SM
Alto Vale do Itajaí	Salete	2377632	HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA TEREZINHA	2	I	R\$ 50.000,00	-	-	-	-	-
Extremo Oeste	São João do Oeste	2378167	HOSPITAL SANTA CASA RURAL	2	I	R\$ 50.000,00	-	-	-	-	-
Laguna	Rio Fortuna	2386038	HOSPITAL DE RIO FORTUNA	2	I	R\$ 50.000,00	10	-	50	-	SM
Oeste	Coronel Freitas	2537958	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA SAUDE CORONEL FREITAS	2	I	R\$ 50.000,00	-	-	50	-	-
Oeste	Nova Erechim	2538148	HOSPITAL NOVA ERECHIM	2	I	R\$ 50.000,00	-	-	50	-	-
Extremo Oeste	Saudades	2538229	HOSPITAL SAUDADES	2	I	R\$ 50.000,00	-	-	50	-	-
Planalto Norte	Major Vieira	2543079	HOSPITAL MUNICIPAL SAO LUCAS	2	I	R\$ 50.000,00	-	-	50	-	-
Alto Uruguai Catarinense	Peritiba	2689863	ASSOCIACAO BENEFICENTE HOSPITALAR PERITIBA	2	I	R\$ 50.000,00	-	-	50	Sim	-
Extremo Sul Catarinense	Jacinto Machado	2299836	HOSPITAL SAO ROQUE	2	I	R\$ 50.000,00	-	-	50	-	-
Serra Catarinense	Correia Pinto	2300478	HOSPITAL FAUSTINO RISCAROLLI	2	I	R\$ 50.000,00	10	-	-	-	Retaguarda Clínica
Extremo Oeste	Guarujá do Sul	2378175	HOSPITAL GUARUJA	2	-		-	-	-	-	-
Serra Catarinense	Campo Belo do Sul	2691477	HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PATROCINIO	1	I	R\$ 50.000,00	-	-	-	-	SM
Alto Vale do Itajaí	Vidal Ramos	2377187	HOSPITAL VIDAL RAMOS	1	I	R\$ 50.000,00	-	-	-	-	-
Alto Vale do Itajaí	Rio do Campo	2377462	SOCIEDADE CULTURAL E BENEFICENTE SAO JOSE	1	I	R\$ 50.000,00	-	-	50	-	-
Extremo Oeste	Modelo	2553066	HOSPITAL DE MODELO	1	I	R\$ 50.000,00	-	-	-	-	-
Grande Florianópolis	Canelinha	2596784	FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA	1	I	R\$ 50.000,00	-	-	-	-	-
Grande Florianópolis	São Bonifácio	2596792	HOSPITAL DE SAO BONIFACIO	1	I	R\$ 50.000,00	-	-	-	-	-
Serra Catarinense	Bom Retiro	2665085	HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS GRACAS	1	I	R\$ 50.000,00	-	-	-	-	-
Foz do Rio Itajaí	Camboriú	2691523	HOSPITAL CIRURGICO CAMBORIU	1	I	R\$ 50.000,00	-	-	-	-	-
Grande Florianópolis	Anitópolis	2691574	HOSPITAL SAO SEBASTIAO	1	I	R\$ 50.000,00	-	-	-	-	-
Alto Vale do Rio do Peixe	Lebon Régis	2691833	HOSPITAL E MATERNIDADE SANTO ANTONIO	1	I	R\$ 50.000,00	-	-	50	-	-
Grande Florianópolis	Alfredo Wagner	2418630	HOSPITAL DE ALFREDO WAGNER	1	-	-	-	-	-	-	-

Região de Saúde	Município	CNES	Estabelecimento	Porte			Serviços				
				Pontos	Porte	Teto Máximo	Saúde Mental	Partos	Cirurgias Eletivas	Saúde Bucal Hosp.	Outros Serviços
Alto Uruguai Catarinense	Xavantina	2666138	HOSPITAL SAO LUCAS	1	-	-	-	-	-	-	-
Alto Uruguai Catarinense	Arabutã	2691493	HOSPITAL OSVALDO CRUZ	1	-	-	-	-	50	-	-
Alto Vale do Itajaí	Vitor Meireles	2377659	ASSOCIACAO HOSPITALAR ANGELINA MENEGHELLI	0	-	-	-	-	-	-	-
Planalto Norte	Irineópolis	2491311	HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS	0	-	-	-	-	-	-	-
Alto Uruguai Catarinense	Ipira	2691507	HOSPITAL PIRATUBA IPIRA	0	-	-	-	-	-	-	-
Oeste	Caibi	2538083	HOSPITAL CAIBI	0	-	-	-	-	50	-	-
Alto Vale do Itajaí	Agrolândia	2377160	FUNDACAO HOSPITALAR ALEX KRIESER	0	-	-	-	-	-	-	-
Alto Vale do Rio do Peixe	Salto Veloso	2302543	HOSPITAL SANTA JULIANA	0	-	-	-	-	-	-	-
Alto Vale do Rio do Peixe	Arroio Trinta	2302780	HOSPITAL BENEFICENTE SAO ROQUE	0	-	-	-	-	-	-	-
Alto Vale do Itajaí	Petrolândia	2378000	FUNDACAO MÉDICO SOCIAL RURAL DE SANTA CATARINA	0	-	-	-	-	-	-	-
Laguna	São Martinho	2550881	FUNDACAO MÉDICO SOCIAL RURAL DE SAO MARTINHO	0	-	-	-	-	-	-	-
Alto Vale do Itajaí	Imbuia	2588897	FUNDACAO HOSPITALAR DE IMBUIA	0	-	-	-	-	-	-	-
Serra Catarinense	Ponte Alta	2300850	FUNDACAO MÉDICO SOCIAL RURAL DE PONTE ALTA	0	-	-	10	-	-	-	SM
Alto Vale do Rio do Peixe	Tangará	2380129	HOSPITAL SAO LUCAS LTDA	0	-	-	-	-	-	-	-
Serra Catarinense	Bom Jardim da Serra	2566893	HOSPITAL AMERICO CAETANO DO AMARAL	0	-	-	-	-	-	-	-
Planalto Norte	Monte Castelo	2663422	SOCIEDADE HOSP COMUN PE CLEMENTE KAMPMANN	0	-	-	-	-	-	-	-
Meio Oeste	Catanduvas	2691450	HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO	0	-	-	-	-	-	-	-
Carbonífera	Criciúma		HOSPITAL RIO MAINA	0	-	-	-	-	-	-	-

Legenda na Classificação de Porte:

Hospitais sem classificação quanto ao porte tem prazo de quatro meses para adequação dos critérios.

A revisão da PHC e a reavaliação dos portes será realizada anualmente, sendo que a mudança de porte estará vinculada a necessidade de novos serviços na Região de Saúde para atendimento de saúde da população e a prévia aprovação por parte da Secretaria de Estado da Saúde. Na sequência, deverão ser realizados os trâmites de aprovação nas instâncias gestoras.

## **8. REQUISITOS OBRIGATÓRIOS PARA RECEBIMENTO DO INCENTIVO DA POLÍTICA HOSPITALAR CATARINENSE**

Para que o serviço hospitalar receba o recurso de incentivo que está previsto na Política Hospitalar Catarinense, terá que comprovar alguns requisitos.

a) Ser contratualizado no SUS - A contratualização é um processo pelo qual as partes, ou seja, o gestor municipal/estadual do SUS e o representante legal do hospital estabelecem metas quantitativas e qualitativas de atenção à saúde e de gestão hospitalar, formalizadas por meio de um instrumento contratual. Este instrumento é composto pelo contrato propriamente dito, e pelo plano operativo, com a descrição das metas qualitativas e quantitativas, que serão acompanhadas e avaliadas por uma Comissão de Acompanhamento. Para os Hospitais sob gestão municipal, apresentar a cópia integral do contrato e termos aditivos, com detalhamento da meta cirúrgica MAC e FAEC, por subgrupo da tabela SIGTAP.

b) Os hospitais que estão na PHC como referência para procedimentos cirúrgicos eletivos deverão apresentar o registro de especialidade no Conselho de Medicina, de acordo com o estabelecido pela tabela do SIGTAP.

c) Apresentar declaração se possui ou não terceirizados (individual ou empresa) prestando serviços na atividade cirúrgica. Em caso de terceirização da atividade cirúrgica deverá ser informada ao respectivo gestor do contrato a formalização contratual entre a unidade hospitalar e a empresa terceirizada que executará a atividade, bem como apresentar Alvará Sanitário vigente da empresa contratada e o Certificado de Regularidade Técnica junto ao Conselho de Classe.

d) Apresentar declaração de que possui Núcleo Interno de Regulação (NIR) com escala de profissionais.

e) Apresentar plano de trabalho para uso do recurso do incentivo da Política Hospitalar Catarinense. Este plano deverá conter minimamente:

- 1) Identificação do plano de trabalho;
- 2) Justificativa para a proposta;
- 3) Descrição do objeto e seus elementos característicos com a especificação detalhada e objetiva, do que pretendem realizar, considerando previsão de recursos para atender o item 8. desta política;
- 4) Cronograma de execução do plano de trabalho: descrição das metas a serem atingidas, com informações qualitativas e quantitativas, e a previsão de início e fim das etapas ou

fases da execução do objeto de modo a permitir dimensionar seu custo, necessidade, viabilidade de execução e beneficiários;

5) Informar qual o retorno em relação ao atendimento para a população e as demandas do Município e Região de Saúde em que está situado.

f) Apresentar aprovação do plano de trabalho pelo Gestor Municipal e pelo Conselho Municipal de Saúde. Para comprovação deverá ser enviado o ofício de aprovação do Gestor Municipal e a ata da reunião do Conselho Municipal de Saúde mencionando a aprovação do referido plano de trabalho.

g) Apresentar aprovação do plano de trabalho pela Comissão Intergestora Regional – CIR, com a ata da reunião e a deliberação da CIR, mencionando aprovação do referido plano de trabalho.

h) Apresentar as Despesas e Receitas da Unidade Hospitalar no Portal de Transparência do Estado ou Similar.

i) A prestação de contas do incentivo da Política Hospitalar deverá ser realizada no acompanhamento do contrato quando o serviço estiver sob gestão estadual e no acompanhamento do convênio com a SES quando este estiver sob gestão municipal. O gestor municipal enviará cópia do contrato e cópia do relatório de acompanhamento do contrato para a SES.

j) A comprovação da equipe para atendimento dos serviços de saúde mental, partos e urgência e emergência será pelo cadastro no CNES do estabelecimento e será averiguado pela equipe de acompanhamento do contrato.

O recurso do incentivo da PHC poderá ser utilizado para custeio e manutenção ou para investimento. No caso de investimento deverá obedecer aos trâmites da Deliberação CIB nº 128/2020.

### **8.1. Selo de Qualidade – Acréscimo Financeiro**

A Secretaria de Estado da Saúde estabelece Selo de Qualidade para os hospitais catarinenses vinculado a acréscimo de recurso financeiro no incentivo da PHC que recebe pelo Porte e desempenho.

- Selo Ouro – Hospital cumprir os seis requisitos – 6%
- Selo Prata – Hospital cumprir quatro requisitos – 4%
- Selo Bronze – Hospital cumprir dois requisitos – 2%

Ter sistema de gestão hospitalar informatizado é requisito obrigatório.

Requisitos para conquista do Selo de Qualidade: - atingir 80% da matriz de desempenho relativa ao seu Porte e ter sistema de gestão hospitalar informatizado que permita transparência e acesso à informação.

Cumprir um ou mais dos seguintes requisitos:

- 1- Sistema informatizado que permita rastreabilidade.
- 2- Redução, tratamento e disposição adequada as normativas da VISA dos resíduos dos serviços de saúde.
- 3- Geração de energia limpa e renovável para a unidade hospitalar.
- 4- Aproveitamento de água da chuva nas situações permitidas pelas normativas vigentes.
- 5- Proteção da saúde dos trabalhadores além das ações estabelecidas por legislações específicas da área como ações de ambiência, conforto e bem-estar físico e mental.

## **9. RECURSOS FINANCEIROS PARA A POLÍTICA HOSPITALAR CATARINENSE**

Os recursos financeiros da Política Hospitalar Catarinense serão provenientes de fonte estadual e poderão ser utilizados pelos serviços hospitalares como custeio, manutenção ou investimento a depender da prévia aprovação do plano de ação pelas instâncias gestoras. O valor destinado a cada serviço hospitalar será repassado em 12(doze) parcelas mensais, sendo o montante definido pelo porte em que o serviço se encontra e pelo desempenho que o mesmo alcançou na matriz avaliação de desempenho da Política Hospitalar Catarinense e o percentual do selo de qualidade caso faça jus. O valor de custeio e do incremento para a produção cirúrgica eletiva segue o fluxo e normativas especificadas no item específico deste documento e na Deliberação CIB nº 08/2021 e suas atualizações para as cirurgias eletivas de média complexidade.

O recurso financeiro referente ao incentivo da Política Hospitalar Catarinense é um estímulo para alcance das metas e melhoria do desempenho, bem como, para cobertura de despesas com insumos ou despesas administrativas não custeadas ou não cobertas pela Tabela SIGTAP. Estão incluídos nos valores da Política Hospitalar não podendo gerar pagamento administrativo excepcional ou complementar:

1. Procedimentos clínicos ou cirúrgicos não padronizados em tabela SIGTAP, não aprovados pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS - CONITEC, procedimentos experimentais ou off label;
2. Órteses, Próteses e Materiais Especiais - OPME não padronizados em tabela SIGTAP ou excedentes por procedimento;
3. Medicamentos e outras terapias não padronizados, não aprovados pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS - CONITEC e Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e medicamentos e outras terapias com indicação médica não constante em protocolos ministeriais.

Fica vedada a complementação financeira por parte dos municípios aos procedimentos cirúrgicos eletivos constantes nas metas contratuais dos hospitais incluídos na PHC.

Unidades	R\$ Mês por Unidade	Nº Unidade	Total Mês
Porte VI	R\$ 2.000.000,00	7	R\$ 14.000.000,00
Porte V	R\$ 1.500.000,00	8	R\$ 12.000.000,00
Porte IV	R\$ 1.000.000,00	8	R\$ 8.000.000,00
Porte III	R\$ 450.000,00	17	R\$ 7.650.000,00
Porte II	R\$ 100.000,00	36	R\$ 3.600.000,00
Porte I	R\$ 50.000,00	54	R\$ 2.700.000,00
Porte I Pendentes	R\$ 50.000,00	22	R\$ 1.100.000,00
<b>Total por Porte</b>			<b>R\$ 49.050.000,00</b>
Saúde Mental Fixo - 65 Unidades	R\$ 10.000,00	64	R\$ 640.000,00
Complemento SM (Nº Leitos Ad)	R\$ 1.500,00	1.226	R\$ 1.839.000,00
Complemento SM (Nº Leitos Ped)	R\$ 2.000,00	70	R\$ 140.000,00
<b>Total Saúde Mental</b>			<b>R\$ 2.619.000,00</b>
Unidades com % Parto +60%	R\$ 50.000,00	7	R\$ 350.000,00
Unidades com % Parto -60%	R\$ 30.000,00	42	R\$ 1.260.000,00
<b>Total Incentivo para Parto</b>			<b>R\$ 1.610.000,00</b>
Unidades com Atendimento Saúde Bucal	R\$ 5.000,00	46	R\$ 230.000,00
<b>Total Incentivo Saúde Bucal</b>			<b>R\$ 230.000,00</b>
<b>Total Geral Mês</b>			<b>R\$ 53.509.000,00</b>
<b>Total Geral Ano</b>			<b>R\$ 642.108.000,00</b>

Os hospitais que na próxima revisão desta Política Hospitalar, prevista para 2022, não tenham implantado sistema informatizado de gestão hospitalar (gestão financeira, gestão de medicamentos, gestão de materiais e prontuário eletrônico) sofrerão um desconto de 10% do valor a receber mensalmente.



## 10. MATRIZ DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA POLÍTICA HOSPITALAR CATARINENSE

As unidades elencadas como aptas para receber o incentivo da Política Hospitalar Catarinense serão avaliadas de acordo com o seu desempenho nos 12 (doze) meses do ano anterior. Para esta avaliação foi elaborada uma matriz baseada em critérios técnicos. Esta matriz foi construída por meio da utilização da Metodologia Multicritério Construtivista de Apoio à Decisão - MCDA-C. As informações inseridas nesta matriz têm como base os sistemas de informação do SUS e para alguns indicadores que não tem sistema de informação disponível as informações provém das áreas técnicas sendo coletadas no nível estadual. Para a valoração são utilizados dados do ano anterior ao vigente e as informações da situação de Alvará da Vigilância Sanitária e do Corpo de Bombeiros vigentes para o período em avaliação.

A Matriz Multicritérios de Apoio à Decisão, designada como matriz de avaliação de desempenho está dividida em quatro (4) grupos de indicadores:

- ✓ Documentação
- ✓ Produtividade
- ✓ Qualidade
- ✓ Estrutura e Caracterização

Para cada indicador foram construídas variáveis que descrevem situações prováveis de ocorrência da resposta/ação. Estas variáveis por sua vez, partem de situações ideais e adequadas recebendo uma maior valoração, perpassando por situações intermediárias e finalizando em última posição, numa situação indesejada ou inadequada, portanto recebendo uma valoração menor. Foi consensuada uma valoração nominativa, que indica o grau de importância ou esforço em mudança de uma variável (resposta/ação) para a próxima variável classificada, de forma descendente:

- ✓ Extremo
- ✓ Muito forte
- ✓ Forte
- ✓ Médio
- ✓ Fraco
- ✓ Muito fraco

Será publicado na página [www.saude.sc.gov.br](http://www.saude.sc.gov.br), o resultado da matriz de avaliação de desempenho de todos os serviços que foram incluídos na Política Hospitalar Catarinense.

A seguir estão descritos os indicadores e as variáveis que serão avaliados na matriz de avaliação de desempenho.

### 10.1 Indicadores Avaliação de Desempenho da Política Hospitalar Catarinense

## 1. DOCUMENTAÇÃO

### 1.1 Alvará Sanitário

Alvará da Vigilância Sanitária válido para o período vigente. Caso não tenha, deverá apresentar plano de adequação e/ou Termo de Ajuste de Conduta - TAC. Considera-se “total” o alvará concedido ao hospital como um todo. Considera-se “parcial” o serviço ter alvará sanitário concedido para alguns setores. Fonte: Documento enviado pelo serviço e pela DIVS/SES.

Possui Alvará Sanitário	Valoração	N	Pontos
Sim, total e válido	Muito forte	N5	163
Sim, parcial (alguns setores)	Forte	N4	100
Não, com plano de adequação	Médio	N3	38
Sim total e vencido	Fraco	N2	0
Não	Muito fraco	N1	-13

### 1.2 Alvará do Corpo de Bombeiros

Alvará do Corpo de Bombeiros válido para o período vigente. Caso não tenha deverá apresentar plano de adequação e/ou Termo de Ajuste de Conduta - TAC. Fonte: Documento enviado pelo serviço que comprove a informação.

Possui Alvará Bombeiro	Valoração	N	Pontos
Sim e válido	Muito forte	N4	100
Sim, mas vencido	Forte	N3	50
Não, mas com plano de regularização de edificação	Médio	N2	0
Não	Muito fraco	N1	-25

### 1.3 CEBAS

O Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS) é concedido pelo Ministério da Saúde a pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como Entidade Beneficente de Assistência Social para a prestação de serviços na área de saúde. Os serviços com CEBAS devem enviar mensalmente a informação da produção não SUS alimentando o Sistema de Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial - CIHA. Fonte: Sistema Comunicação de Informação Ambulatorial e Hospitalar – CIHA.

CEBAS	Valoração	N	Pontos
Possui e mantém a informação do CIHA mensalmente	Muito forte	N3	100
Possui, mas não mantém CIHA com informação mensal atualizado	Forte	N2	38
Não possui	Muito fraco	N1	0

Os hospitais públicos serão considerados como tendo CEBAS já que sua produção é 100% SUS.

## 2. PRODUTIVIDADE

## 2.1 Taxa de Ocupação Hospitalar

Relação percentual entre o número de pacientes/dia e o número de leitos/dia em determinado período. Considera-se para o cálculo dos leitos/dia no denominador os leitos instalados e constantes do cadastro do hospital no CNES disponíveis para o SUS. Será considerada a taxa geral média de ocupação do hospital internação SUS nos últimos 12 (doze) meses. Fonte: SIH/SUS e CNES.

Formula: Taxa de Ocupação = (Total Internação \* 100) / Potencial de Internação

Potencial de Internação = ((30/MP) \* nº leitos) \* nº meses produzidos

Fonte: (Portaria nº 1.101/2002)

Taxa de Ocupação	Valoração	N	Pontos
Acima de 80%	Muito forte	N5	200
Entre 60-79%	Forte	N4	100
Entre 40-59%	Médio	N3	50
Entre 20-39%	Fraco	N2	0
Abaixo de 20%	Muito fraco	N1	-33

## 2.2 Produção SUS

Percentual da produção SUS considerando o total dos procedimentos realizados pelo serviço. Serão considerados todos os procedimentos executados em nível ambulatorial e hospitalar, especializado, diagnose e consultas, produzidos, apresentados e aprovados no ano anterior (12 (doze) meses). Fonte: CIH/SIA/SIH/SUS

Percentual Produção SUS	Valoração	N	Pontos
100%	Extremo	N6	167
Entre de 80- 99%	Muito forte	N5	100
Entre 60-79%	Forte	N4	33
Entre 40-59%	Médio	N3	0
Entre 20-39%	Fraco	N2	-33
Abaixo de 20%	Muito fraco	N1	-56

### 2.3.1 Produção nas Habilitações de Alta Complexidade em Neurologia.

Percentual da produção cirúrgica executada e aprovada na alta complexidade de neurologia, para serviço com habilitação pelo MS, em relação a meta estabelecida no Termo de Compromisso da Alta Complexidade Neurologia. Considerada a produção apresentada e aprovada no ano anterior (12 (doze) meses). Fonte: SIH/SUS

Produção nas habilitações (%) de Alta Complexidade	Valoração	N	Pontos
--	-----------	---	--------

Acima de 80%	Muito forte	N5	200
Entre 60-79%	Forte	N4	100
Entre 40-59%	Médio	N3	50
Entre 20-39%	Fraco	N2	0
Abaixo de 20%	Muito fraco	N1	-33

### 2.3.2 Produção nas Habilitações de Alta Complexidade em Cardiologia.

Percentual da produção cirúrgica executada e aprovada na alta complexidade de cardiologia, para serviço com habilitação pelo MS, em relação a meta estabelecida no Termo de Compromisso da Alta Complexidade Cardiologia. Considerada a produção apresentada e aprovada no ano anterior (12 (doze) meses). Fonte: SIH/SUS.

Produção nas habilitações (%) de Alta Complexidade	Valoração	N	Pontos
Acima de 80%	Muito forte	N5	200
Entre 60-79%	Forte	N4	100
Entre 40-59%	Médio	N3	50
Entre 20-39%	Fraco	N2	0
Abaixo de 20%	Muito fraco	N1	-33

### 2.3.3 Produção nas Habilitações de Alta Complexidade em Oncologia.

Percentual da produção cirúrgica executada e aprovada na alta complexidade de Oncologia, para serviço com habilitação pelo MS, em relação a meta estabelecida no Termo de Compromisso da Alta Complexidade em Oncologia. Considerada a produção apresentada e aprovada no ano anterior (12 (doze) meses). Fonte: SIH/SUS.

Produção nas habilitações (%) de Alta Complexidade	Valoração	N	Pontos
Acima de 80%	Muito forte	N5	200
Entre 60-79%	Forte	N4	100
Entre 40-59%	Médio	N3	50
Entre 20-39%	Fraco	N2	0
Abaixo de 20%	Muito fraco	N1	-33

### 2.3.4 Produção nas Habilitações de Alta Complexidade em Traumatologia Ortopedia.

Percentual da produção cirúrgica executada e aprovada na alta complexidade em traumatologia ortopedia, para serviço com habilitação pelo MS, em relação a meta estabelecida no Termo de Compromisso da Alta Complexidade em traumatologia ortopedia. Considerada a produção apresentada e aprovada no ano anterior (12 (doze) meses). Fonte: SIH/SUS.

Produção nas habilitações (%) de Alta Complexidade	Valoração	N	Pontos
--	-----------	---	--------

Acima de 80%	Muito forte	N5	200
Entre 60-79%	Forte	N4	100
Entre 40-59%	Médio	N3	50
Entre 20-39%	Fraco	N2	0
Abaixo de 20%	Muito fraco	N1	-33

#### 2.4 Atinge a Meta Contratualizada:

Considera-se a meta dos procedimentos pactuados hospitalares, diagnósticos, clínicos e cirúrgicos no contrato de prestação de serviço com o SUS e a Unidade de Saúde. Análise do ano anterior (12 (doze) meses). Fonte: SPS/GECOS - SUR/GECO. Para os serviços sob gestão municipal a fonte de informação será o relatório de acompanhamento do contrato enviado pelo gestor. A informação deverá vir assinada pelo gestor municipal.

Atinge a meta contratualizada	Valoração	N	Pontos
Sim entre 95 a 100%	Extremo	N5	167
Sim entre 80-94 %	Muito forte	N4	100
Sim 50-79%	Forte	N3	33
Entre 20-49%	Médio	N2	0
Abaixo de 20%	Muito Fraco	N1	-22

**Observação:** Para a avaliação de desempenho na revisão da PHC 2021/22, a base de dados será a produção física MAC hospitalar, ano base 2019.

#### 2.5 Realiza Cirurgias Eletivas nos últimos 12 (doze) meses.

Realiza cirurgias eletivas em procedimento hospitalares ou ambulatoriais repesados em diversas especialidades, com procedimentos específicos. Será considerado no mínimo 12 procedimentos/ano, por especialidade. Fonte: SUR/Gerência de Controle e Avaliação.

#### Porte VI, V, VI e III

Realiza Cirurgias Eletivas	Valoração	N	Pontos
Sim, realizando procedimentos de quatro ou mais especialidades	Muito forte	N5	220
Sim, realizando procedimentos de três especialidades	Forte	N4	100
Sim, realizando procedimentos de duas especialidades	Médio	N3	40
Sim, realizando procedimentos de uma especialidade	Fraco	N2	0
Não participou	Muito fraco	N1	-40

## Porte II e I

Realiza Cirurgias Eletivas	Valoração	N	Pontos
Sim, realizando procedimentos de três ou mais especialidades	Muito forte	N4	100
Sim, realizando procedimentos de duas especialidades	Médio	N3	40
Sim, realizando procedimentos de uma especialidade	Fraco	N2	0
Não participou	Muito fraco	N1	-40

### 2.6 Doação de Órgãos

Possui UTI e realiza exame de diagnóstico de morte encefálica e a notificação das mortes encefálicas com busca ativa de doadores de órgãos que se convertam em doações para transplante. Fonte: Central Estadual de Transplantes/SES/SC.

Doação para hospitais com UTI	Valoração	N	Pontos
Realiza busca ativa, identifica e notifica 100% das mortes encefálicas com taxa de conversão em doação de no mínimo 50%, possui UTI e exame de diagnóstico de morte encefálica e notifica acima de 31 mortes encefálicas por ano	Extremo	N5	163
Realiza busca ativa, identifica e notifica 100% das mortes encefálicas com taxa de conversão em doação de no mínimo 50%, possui UTI e exame de diagnóstico de morte encefálica e notifica entre 21 e 30 mortes encefálicas por ano	Muito forte	N4	100
Realiza busca ativa, identifica e notifica 100% das mortes encefálicas com taxa de conversão em doação de no mínimo 50%, possui UTI e exame de diagnóstico de morte encefálica e notifica entre 11 e 20 mortes encefálicas por ano	Médio	N3	38
Realiza busca ativa, identifica e notifica 100% das mortes encefálicas com taxa de conversão em doação de no mínimo 50%, possui UTI e exame de diagnóstico de morte encefálica e notifica até 10 mortes encefálicas por ano	Fraco	N2	0
Não realiza ações para captação de órgão	Muito Fraco	N1	-13

### 2.7 Realização de Transplantes

Número de transplantes de órgãos realizados no ano anterior (12 (doze) meses). Fonte: Central Estadual de Transplantes.

Transplantes	Valoração	N	Pontos
Realiza três ou mais tipos de transplante de órgão	Muito forte	N4	100
Realiza dois tipos de transplante de órgão	Forte	N3	50
Realiza um tipo de transplante de órgão	Médio	N2	0
Não realiza	Muito fraco	N1	-33

### 2.8 Atendimento Regionalizado

Prestação de serviços assistenciais ambulatoriais e hospitalares oferecidos para população referenciada de fora do seu município sede. Analisa o percentual dos serviços realizados

para a população de outros municípios. Fonte: SIH/SUS.

#### Porte VI, V, IV e III

Qual o percentual de atendimento regionalizado	Valoração	N	Pontos
Atende mais de 50%	Muito forte	N4	100
Atende entre 30-49 %	Forte	N3	43
Abaixo de 29%	Médio	N2	0
Não atende	Muito fraco	N1	-29

#### Porte II e I

Qual o percentual de atendimento regionalizado	Valoração	N	Pontos
Atende mais de 30%	Muito forte	N4	100
Atende entre 20-29%	Forte	N3	43
Abaixo de 20%	Médio	N2	0
Não atende	Muito fraco	N1	-29

### 3. QUALIDADE

#### 3.1 Certificação e/ou Acreditação em Gestão de Qualidade e Segurança

As certificações são concedidas por um organismo imparcial de notório reconhecimento público, que atesta por escrito que os produtos, processos ou sistemas de qualidade de uma instituição estão de acordo com requisitos especificados. No caso da área da saúde, a norma conquistada atesta que o hospital otimiza processos internos focando os resultados na satisfação de seus usuários, além de indicar credibilidade e excelência nos procedimentos adotados pela instituição. Já as acreditações são um reconhecimento formal (por uma autoridade acreditada) da competência de um hospital para desenvolver tarefas específicas, de acordo com critérios pré-definidos. As certificações e acreditações se complementam e são importantes para que um hospital alcance a excelência na prestação de serviços de saúde. O indicador será avaliado quanto a instituição ter sido acreditada ou certificada. Fonte: Documento que comprove a informação.

Exemplos de acreditações:

- ✓ Organização Nacional de Acreditação (ONA)
- ✓ Joint Commission International (JCI)
- ✓ Acreditação Nacional Integrada para Organizações de Saúde (NIAHO)
- ✓ Accreditation Canada International (ACI) ou similares;

Exemplos de certificações:

- ✓ ISO 9000
- ✓ OHSAS 18001 ou similares

Certificação e/ou Acreditação em gestão de qualidade e	Valoração	N	Pontos
--	-----------	---	--------

<b>segurança</b>			
O Hospital possui acreditação e certificação, por alguma organização certificadora em gestão de qualidade	Extremo	N3	100
O Hospital é certificado ou acreditado por alguma organização certificadora em gestão de qualidade	Forte	N2	48
O Hospital não possui nenhum tipo de certificação ou acreditação em gestão de qualidade.	Muito Fraco	N1	0

### 3.2 Vigilância Sanitária Estadual - SIERBP

O Sistema Estadual de Riscos e Benefícios Potenciais, o SIERBP, foi instituído através da Resolução Normativa nº 002/DIVS/SES de 19/07/2018. O objetivo é a obtenção de registros informatizados dos serviços de saúde e de interesse da saúde, bem como, gerenciar e padronizar as inspeções através da utilização do Modelo de Avaliação de Riscos e Benefícios Potenciais. Ao final da inspeção ou autoinspeção, o sistema analisa por meio de algoritmo e avalia objetivamente como aceitável ou não aceitável a área específica inspecionada. Fonte: Análise do SIERBP / DIVS/SES/SC.

<b>Avaliação Estadual de Riscos Potenciais e Benefícios - SIERBP</b>	<b>Valoração</b>	<b>N</b>	<b>Pontos</b>
Aceitável	Forte	N3	100
Não foi avaliado	Fraco	N2	33
Não aceitável	Muito fraco	N1	0

### Indicadores de infecção relacionada à assistência à saúde (Hospitais com UTI)

Infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS) são infecções cuja aquisição está relacionada a um procedimento assistencial ou a internamento. Em termos cronológicos, quando não há evidência clínica ou laboratorial de infecção na admissão do paciente, IRAS é aquela cujos sintomas ocorrem 72 (setenta e duas) horas após a admissão. Na presença de infecção desde a admissão, consideram-se IRAS quando há um agravamento ou isolamento de outro patógeno na mesma topografia (ANVISA, 2017).

Os indicadores de boas práticas de qualidade que serão avaliados são: notificação mensal da densidade de incidência de infecção primária da corrente sanguínea (IPCS) relacionada ao uso de cateter venoso central, Pneumonia relacionada à Ventilação Mecânica (PAV) e Infecção do Trato Urinário (ITU) relacionada à sonda vesical de demora, calculados pelos dias de dispositivos invasivos utilizados. Também devem notificar as observações de inserção de cateter venoso central e sua conformidade.



### 3.3 Hospital com UTI

Deve notificar mensalmente as densidades de incidência de IPCS, PAV e ITU - até o 15º dia do mês subsequente. Fonte: CECISS/SUV.

<b>Indicadores de infecção relacionada à assistência à saúde: Hospital com UTI - notificar mensalmente as densidades de incidência de IPCS, PAV e ITU - até o 15º dia do mês subsequente.</b>	<b>Valoração</b>	<b>N</b>	<b>Pontos</b>
Sim, regularmente até o 15º dia/mês subsequente	Muito forte	N5	220
Sim, até o final do mês subsequente	Forte	N4	100
Sim, sem regularidade	Médio	N3	40
Notifica tudo ao final do ano	Fraco	N2	0
Não notifica	Muito fraco	N1	-40

### 3.4 Hospital (com ou sem UTI) que realiza cirurgias

Deve notificar mensalmente a taxa Infecção do Sítio Cirúrgico, até o 15º dia do mês subsequente. Fonte: CECISS/SUV

<b>Hospital (com ou sem UTI) que realiza cirurgias, monitoradas pela CECISS e ANVISA - Notificar mensalmente a taxa Infecção do Sítio Cirúrgico, até o 15º dia do mês subsequente.</b>	<b>Valoração</b>	<b>N</b>	<b>Pontos</b>
Sim, regularmente até o 15º dia/mês subsequente	Muito forte	N5	220
Sim, até o final do mês subsequente	Forte	N4	100
Sim, sem regularidade	Médio	N3	40
Notifica tudo ao final do ano	Fraco	N2	0
Não notifica	Muito fraco	N1	-40

### Núcleo de Segurança do Paciente

A Portaria nº 529, de 1º de abril de 2013, definiu o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP). Este tem por objetivo contribuir para a qualificação do cuidado em saúde em todos os estabelecimentos de saúde do território nacional. A Resolução da Diretoria Colegiada RDC nº 36, de 25 de julho de 2013, que institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e outras providências, no Art 3º e inciso VIII – Define o Núcleo de Segurança do Paciente (NSP) como: instância do serviço de saúde criada para promover e apoiar a implementação de ações voltadas à segurança do paciente.

### 3.5 Núcleo de Segurança do Paciente

Será monitorado o cadastro do Núcleo de Segurança do Paciente no Sistema NOTIVISA/ANVISA e a periodicidade de notificações de incidentes e eventos adversos, se realiza a investigação dos fatores contribuintes e se apresenta plano de ação para os eventos graves e óbitos. Fonte: SUV/DIVS

<b>Núcleo de Segurança do Paciente</b>	<b>Valoração</b>	<b>N</b>	<b>Pontos</b>
Possui NSP cadastrado no Sistema NOTIVISA/ANVISA com periodicidade de notificações de incidentes e eventos adversos e realiza a investigação dos fatores contribuintes e apresenta plano de ação para os eventos graves e óbitos.	Muito forte	N4	100
Possui NSP cadastrado no Sistema NOTIVISA/ANVISA com periodicidade de notificações de incidentes e eventos adversos.	Forte	N3	36
Possui NSP cadastrado no Sistema NOTIVISA/ANVISA, mas não mantém periodicidade de notificações de incidentes e eventos adversos.	Médio	N2	0
Não tem NSP cadastrado no Sistema NOTIVISA/ANVISA	Muito fraco	N1	-18

### 3.6 Formulário de Avaliação de Práticas Seguras

Os hospitais que tem UTI devem enviar anualmente por meio de formSUS o formulário de auto avaliação de práticas seguras em serviços de saúde. Fonte: SUV/DIVS

<b>Formulário de Avaliação de Práticas Seguras Para hospitais com Leito de UTI (Adulto/Pediátrico e Neo)</b>	<b>Valoração</b>	<b>N</b>	<b>Pontos</b>
Responde anualmente o FormSus - Formulário de Auto avaliação de Práticas Seguras em Serviços de Saúde e é classificado como sendo de " <b>Alta Adesão</b> "	Muito forte	N4	100
Responde anualmente o FormSus - Formulário de Auto avaliação de Práticas Seguras em Serviços de Saúde e é classificado como sendo de " <b>Média Adesão</b> "	Forte	N3	36
Responde anualmente o FormSus - Formulário de Auto avaliação de Práticas Seguras em Serviços de Saúde e é classificado como sendo de " <b>Baixa Adesão</b> "	Médio	N2	0
<b>Não responde</b> anualmente o FormSus - Formulário de Auto avaliação de Práticas Seguras em Serviços de Saúde.	Muito fraco	N1	-18

## 4. ESTRUTURA E CARACTERIZAÇÃO

### 4.1 Número de Leitos de UTI Adulto:

Quantidade de leitos UTI Adulto e de Cuidados Intensivos Intermediários existentes e habilitados pelo SUS, na Unidade de Terapia Intensiva. Fonte: CNES/MS.

**Não se aplica aos hospitais que não possuem esse tipo de leito.**

<b>Leitos de UTI Adulto</b>	<b>Valoração</b>	<b>N</b>	<b>Pontos</b>
Leitos de UTI e leitos de cuidados intensivos intermediários habilitados	Extremo	N8	200
Leitos de UTI habilitados e leitos de cuidados intensivos intermediários em funcionamento, mas não habilitados	Muito forte	N7	150
Possui apenas UTI com leitos habilitados	Forte	N6	100
Leitos de UTI em funcionamento não habilitados, mas tem leitos de cuidados intensivos intermediários em funcionamento e habilitados	Forte	N5	57
Leitos de UTI e leitos de cuidados intensivos intermediários em funcionamento custeados pelo Estado (não habilitados)	Médio	N4	39
Possui apenas leitos de cuidados intermediários com leitos habilitados	Médio	N3	0
Leitos de UTI em funcionamento não habilitados (custeados pelo Estado) e não tem leitos de cuidados intensivos intermediários	Fraco	N2	-14
Possui apenas leitos de cuidados intermediários com leitos não habilitados	Muito fraco	N1	-29

#### 4.2 Número de Leitos de Cuidados Intensivos Neonatal:

Quantidade de leitos de UTI Neonatal e de Cuidados Intensivos Intermediários Neonatais existente habilitados pelo SUS na Unidade de Neonatologia. Fonte: CNES/MS.

**Não se aplica aos hospitais que não possuem esse tipo de leito.**

<b>Leitos de Unidade de Tratamento Intensivo Neonatal</b>	<b>Valoração</b>	<b>N</b>	<b>Pontos</b>
Leitos de UTI Neonatal e Unidade de cuidados intensivos intermediários convencional habilitado	Extremo	N8	200
Leitos de UTI Neonatal habilitados e leitos de cuidados intensivo intermediário convencional existente, mas não habilitado	Muito forte	N7	150
Leitos de UTI Neonatal habilitados e não tem leitos de cuidados intensivo intermediário	Forte	N6	100
Leitos de UTI Neonatal em funcionamento e não habilitados e cuidado intensivo intermediário convencional habilitado	Forte	N5	57
Leitos de UTI Neonatal e leitos de cuidados intensivo intermediário neonatal em funcionamento não habilitado (custeados pelo Estado)	Médio	N4	39
Tem somente leitos intensivos intermediário convencional habilitado	Médio	N3	0
Tem somente leitos de UTI Neonatal não habilitados	Fraco	N2	-14
Tem somente leitos de cuidado intensivo intermediário convencional e não habilitado	Muito Fraco	N1	-29

#### 4.3 Tem Serviço Aprovado nas Redes Temáticas de Atenção à Saúde (RAS):

Redes de Atenção são formas de organização que articulam serviços e sistemas de saúde, com equipes multidisciplinares, unindo cada ponto da rede, se organizando para a continuidade da atenção (primária, secundária e terciária) buscando garantir a integralidade do cuidado. Considera-se para este indicador ter serviço aprovado, em funcionamento e habilitado pelo Ministério da Saúde nas Redes Temáticas com Plano de Ação Estadual (Cegonha, Psicossocial, Atenção as Pessoas

com Deficiências, Atenção as Condições Crônicas, Urgência e Emergência). Fonte: GEARS/SPS/SES.

Tem Serviço Aprovado na Redes de Atenção à Saúde	Valoração	N	Pontos
Sim, aprovado, implementado e habilitado	Muito forte	N4	100
Sim, aprovado e implementado, mas está aguardando habilitação	Forte	N3	38
Sim, aprovado e não implementado	Médio	N2	0
Não tem serviço que faz parte das redes temáticas	Fraco	N1	-13

#### 4.4 Regulação dos Leitos

O acesso aos serviços especializados tem por base protocolos de regulação de acesso, os quais se constituem em diretrizes para solicitar e usar, adequada e racionalmente, as tecnologias de apoio diagnóstico e terapias especializadas, ou seja, um instrumento de ordenação dos fluxos de encaminhamentos entre os níveis de complexidade assistencial. O percentual de acesso regulado à internação hospitalar e aos serviços ambulatoriais do total de leitos/procedimentos ofertados ao SUS compõe este indicador. Fonte: SUR/GECOS/SES/SC e SMS (hospitais em gestão municipal).

Regulação de Leitos	Valoração	N	Pontos
Serviço 100% regulado	Muito forte	N5	233
Serviço entre 80-99 % regulado	Forte	N4	100
Serviço entre 60-79 % regulado	Médio	N3	33
Serviço regulado abaixo de 59% regulado	Fraco	N2	0
Serviço não é regulado, mas está em processo de implementação (solicitou a SES)	Muito fraco	N1	-22

#### 4.5 Número de Habilitações em Alta Complexidade

Número de habilitações em especialidades que envolvem procedimentos de alta complexidade, reconhecidas por meio de uma portaria emitida pelo Ministério da Saúde. Fonte: CNES/MS.

##### Porte VI, V e IV

Número de Habilitações de Alta Complexidade	Valoração	N	Pontos
Mais de 6	Muito forte	N5	167
Entre 3-5	Forte	N4	100
Apenas 2	Médio	N3	33
Apenas 1	Fraco	N2	0
Nenhuma	Muito fraco	N1	-22

**Porte III**

<b>Número de Habilitações de Alta Complexidade</b>	<b>Valoração</b>	<b>N</b>	<b>Pontos</b>
Mais de 3	Muito forte	N4	100
Apenas 2	Forte	N3	33
Apenas 1	Médio	N2	0
Nenhuma	Muito fraco	N1	-22

**Porte II e I**

<b>Número de Habilitações de Alta Complexidade</b>	<b>Valoração</b>	<b>N</b>	<b>Pontos</b>
2 ou mais	Forte	N3	100
Apenas 1	Médio	N2	33
Nenhuma	Muito fraco	N1	0

**4.6 Núcleo Interno de Regulação - NIR**

Indicador avalia a implantação de Núcleo Interno de Regulação e a equipe completa composta por médico, enfermeiro e assistente social.

<b>Núcleo Interno de Regulação</b>	<b>Valoração</b>	<b>N</b>	<b>Pontos</b>
Implantado, equipe completa e funcionando 24horas	Extremo	N6	167
Implantado, equipe incompleta e funcionando 24 horas	Muito Forte	N5	100
Implantado, equipe completa e funcionando 12 horas	Forte	N4	33
Implantado, equipe incompleta e funcionando 12 horas	Médio	N3	0
Em implantação	Fraco	N2	-33
Não implantado	Muito fraco	N1	-56

**ANÁLISE DO RESULTADO**

A pontuação resultante dos indicadores avaliados na matriz, comporá o desempenho do serviço hospitalar que será aplicado ao montante de recursos do porte hospitalar, definindo desta forma, o percentual de recursos que será destinado a cada serviço como incentivo da Política Hospitalar Catarinense.

Para os serviços hospitalares sob gestão estadual o recurso será repassado por meio do contrato de prestação de serviço. Para os serviços hospitalares sob gestão municipal será realizado convênio para efetivação do repasse do incentivo diretamente a unidade. Os hospitais estaduais sob gestão direta ou por Organização Social e o Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago estão incluídos na Política Hospitalar Catarinense, com os compromissos e o acompanhamento de desempenho, no entanto, não receberão os incentivos financeiros desta política. Os recursos estaduais já repassados mensalmente para o Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago no valor de R\$ 150.000,00 serão mantidos.

## 11. ANEXO I – HOSPITAIS PORTE IV, V E VI E PROCEDIMENTOS DE ALTA COMPLEXIDADE AMPLIADOS PELA PHC

**MACRORREGIÃO DE SAÚDE DO GRANDE OESTE**

Hospital SC (CNES)	Município	Porte	AC	Parâmetro PT/Ano	TGCA/Ano	Ampliação TGCA/Ano	Produção 2019	Fila AC	Acréscimo Cirurgia Mês AC
2537788 HOSPITAL REGIONAL DO OESTE	Chapecó	VI	Neurologia	150	312	408	270	69	8
			Oncologia	650	1464	1824	1394	255	30
			Ortopedia	48	254	1598	200	909	112
			<b>Total</b>						

Hospital SC (CNES)	Município	Porte	AC	Parâmetro PT/Ano	TGCA/Ano	Ampliação TGCA/Ano	Produção 2019	Fila AC	Acréscimo Cirurgia Mês AC
2411393 HOSPITAL REGIONAL SAO PAULO ASSEC	Xanxerê	V	Cardiologia Cirúrgica	180	468	888	565	102	35
			Cardiologia Intervencionista	144	639	699	560	25	5
			Cardiologia Vascular	90	94	514	80	98	35
			Cardiologia Eletrofisiologia	60	162	702	114	134	45
			<b>Total</b>						

**MACRORREGIÃO DE SAÚDE DO MEIO OESTE E SERRA CATARINENSE**

Hospital SC (CNES)	Município	Porte	AC	Parâmetro PT/Ano	TGCA/Ano	Ampliação TGCA/Ano	Produção 2019	Fila AC	Acréscimo Cirurgia Mês AC
2560771 HOSPITAL UNIVERSITARIO SANTA TEREZINHA	Joaçaba	V	Neurologia	150	240	1344	65	305	92
			Oncologia	650	1260	1596	1327	104	28
			<b>Total</b>						

Hospital SC (CNES)	Município	Porte	AC	Parâmetro PT/Ano	TGCA/Ano	Ampliação TGCA/Ano	Produção 2019	Fila AC	Acréscimo Cirurgia Mês AC
2301830 HOSPITAL MAICE	Caçador	V	Neurologia	150	96	336	319	305	20
			Ortopedia	16	236	1436	157	1443	100
			<b>Total</b>						

Hospital SC (CNES)	Município	Porte	AC	Parâmetro PT/Ano	TGCA/Ano	Ampliação TGCA/Ano	Produção 2019	Fila AC	Acréscimo Cirurgia Mês AC
2303892 HOSPITAL SAO FRANCISCO	Concórdia	V	Neurologia	150	48	408	42	305	30
			Ortopedia	19	133	1213	158	1443	90
			<b>Total</b>						

Hospital SC (CNES)	Município	Porte	AC	Parâmetro PT/Ano	TGCA/Ano	Ampliação TGCA/Ano	Produção 2019	Fila AC	Acréscimo Cirurgia Mês AC
2504316 SOCIEDADE MAE DA DIVINA PROVIDENCIA HOSP N SRA DOS PRAZERES	Lages	V	Neurologia	150	168	528	88	143	30
			Ortopedia	80	159	1023	334	304	72
			Cardiologia Cirúrgico	180	61	205	90	74	12
			Cardiologia Intervencionista	144	144	216	184	11	6
			<b>Total</b>						

Hospital SC (CNES)	Município	Porte	AC	Parâmetro PT/Ano	TGCA/Ano	Ampliação TGCA/Ano	Produção 2019	Fila AC	Acréscimo Cirurgia Mês AC
2504332 HOSPITAL E MATERNIDADE TEREZA RAMOS	Lages	IV	Oncologia	650	900	900	587	146	
			<b>Total (120)</b>						

**MACRORREGIÃO DE SAÚDE DO PLANALTO NORTE E NORDESTE**

Hospital SC (CNES)	Município	Porte	AC	Parâmetro PT/Ano	TGCA/Ano	Ampliação TGCA/Ano	Produção 2019	Fila AC	Acréscimo Cirurgia Mês AC
2379333 HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO	Mafra	V	Neurologia	150	12	216	193	301	17
			Ortopedia	28	84	1068	192	1194	82
			Cardiologia Cirúrgico	180	260	452	93	320	16
			Cardiologia Intervencionista	144	144	204	239	115	5
			<b>Total</b>						

Hospital SC (CNES)	Município	Porte	AC	Parâmetro PT/Ano	TGCA/Ano	Ampliação TGCA/Ano	Produção 2019	Fila AC	Acréscimo Cirurgia Mês AC
2543044 HOSPITAL DE CARIDADE SAO BRAZ	Porto União	IV	Oncologia	650	612	1512	624	854	75
			<b>Total (100)</b>						

Hospital SC (CNES)	Município	Porte	AC	Parâmetro PT/Ano	TGCA/Ano	Ampliação TGCA/Ano	Produção 2019	Fila AC	Acréscimo Cirurgia Mês AC
2521792 HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMILIA	São Bento do Sul	IV	Oncologia	650	228	1128	446	854	75
			<b>Total (100)</b>						

Hospital SC (CNES)	Município	Porte	AC	Parâmetro PT/Ano	TGCA/Ano	Ampliação TGCA/Ano	Produção 2019	Fila AC	Acréscimo Cirurgia Mês AC
2306336 HOSPITAL SAO JOSE	Jaraguá do Sul	V	Oncologia	650	576	1116	526	854	45
			Neurologia	150	276	408	148	301	11
			Ortopedia	48	217	985	276	1194	64
			<b>Total</b>						



Hospital SC (CNES)	Município	Porte	AC	Parâmetro PT/Ano	TGCA/Ano	Ampliação TGCA/Ano	Produção 2019	Fila AC	Acréscimo Cirurgia Mês AC
2436450 HOSPITAL REGIONAL HANS DIETER SCHMIDT	Joinville	VI	Cardiologia Cirúrgica	180	322	322	402	320	
			Cardiologia Intervencionista	144	724	724	806	115	
			Cardiologia Vascular	90	22	22	24	28	
			Cardiologia Endovascular	120	110	110	179	123	
			<b>Total (150)</b>						

Hospital SC (CNES)	Município	Porte	AC	Parâmetro PT/Ano	TGCA/Ano	Ampliação TGCA/Ano	Produção 2019	Fila AC	Acréscimo Cirurgia Mês AC
6048692 HOSPITAL INFANTIL DR JESER AMARANTE FARIA	Joinville	VI	Cardiologia Cirúrgica	120	45	45	30	1	
			Neurologia	150	24	24	50	10	
			Oncologia	650	12	12	41	5	
			Ortopedia	38	70	70	97	54	
			<b>Total (150)</b>						

Hospital SC (CNES)	Município	Porte	AC	Parâmetro PT/Ano	TGCA/Ano	Ampliação TGCA/Ano	Produção 2019	Fila AC	Acréscimo Cirurgia Mês AC
2436469 HOSPITAL MUNICIPAL SAO JOSE	Joinville	VI	Oncologia	650	996	1512	987	854	50
			Neurologia	150	312	456	277	301	19
			Ortopedia	166	204	984	244	1194	81
			<b>Total</b>						

**MACRORREGIÃO DE SAÚDE DO VALE DO ITAJAÍ**

Hospital SC (CNES)	Município	Porte	AC	Parâmetro PT/Ano	TGCA/Ano	Ampliação TGCA/Ano	Produção 2019	Fila AC	Acréscimo Cirurgia Mês AC
2558246 HOSPITAL SANTA ISABEL	Blumenau	V	Cardiologia Cirúrgica	180	346	622	402	155	23
			Cardiologia Intervencionista	144	602	638	677	21	3
			Cardiologia Vasculard	90	27	123	29	23	8
			Cardiologia Endovascular	120	452	740	444	187	24
			Neurologia	150	276	444	162	83	14
			Oncologia	1300	372	948	415	318	48
			<b>Total</b>						

Hospital SC (CNES)	Município	Porte	AC	Parâmetro PT/Ano	TGCA/Ano	Ampliação TGCA/Ano	Produção 2019	Fila AC	Acréscimo Cirurgia Mês AC
2558254 HOSPITAL SANTO ANTONIO	Blumenau	VI	Ortopedia	28	167	1439	189	799	106
			Oncologia	1300	1320	1848	1226	318	44
			<b>Total</b>						

Hospital SC (CNES)	Município	Porte	AC	Parâmetro PT/Ano	TGCA/Ano	Ampliação TGCA/Ano	Produção 2019	Fila AC	Acréscimo Cirurgia Mês AC
2568713 HOSPITAL REGIONAL ALTO VALE	Riudo Sul	VI	Cardiologia Cirúrgica	180	341	677	219	155	36
			Cardiologia Intervencionista	144	206	266	165	21	9
			Cardiologia Vasculard	90	21	117	38	23	12
			Neurologia	150	24	252	28	83	25
			Oncologia	650	468	1188	599	318	68
			<b>Total</b>						

**MACRORREGIÃO DE SAÚDE DA FOZ DO RIO ITAJAÍ**

Hospital SC (CNES)	Município	Porte	AC	Parâmetro PT/Ano	TGCA/Ano	Ampliação TGCA/Ano	Produção 2019	Fila AC	Acréscimo Cirurgia Mês AC
2522691 HOSPITAL E MATERNIDADE MARIETA KONDER BORNHAUSEN	Itajaí	VI	Cardiologia Cirúrgica	180	350	398	397	38	4
			Cardiologia Intervencionista	144	837	873	876	25	3
			Cardiologia Vasculuar	90	43	127	46	5	7
			Cardiologia Endovascular	120	118	214	132	55	8
			Cardiologia Eletrofisiologia	60	143	335	109	127	16
			Neurologia	150	204	384	128	97	15
			Oncologia	650	888	1140	972	142	21
			Ortopedia	1200	305	1217	284	499	76
<b>Total</b>									<b>150</b>

**MACRORREGIÃO DE SAÚDE SUL**

Hospital SC (CNES)	Município	Porte	AC	Parâmetro PT/Ano	TGCA/Ano	Ampliação TGCA/Ano	Produção 2019	Fila AC	Acréscimo Cirurgia Mês AC
2758164 HOSPITAL SAO JOSE	Criciúma	VI	Cardiologia Cirúrgica	180	318	390	233	99	6
			Cardiologia Intervencionista	144	292	328	332	51	3
			Cardiologia Vasculuar	90	65	113	32	45	4
			Cardiologia Endovascular	120	15	123	34	87	9
			Neurologia	150	204	420	166	214	18
			Oncologia	650	996	1164	909	171	14
			Ortopedia	28	154	1306	175	1160	96
<b>Total</b>									<b>150</b>

Hospital SC (CNES)	Município	Porte	AC	Parâmetro PT/Ano	TGCA/Ano	Ampliação TGCA/Ano	Produção 2019	Fila AC	Acréscimo Cirurgia Mês AC
2491710 HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO	Tubarão	VI	Cardiologia Cirúrgica	180	234	342	116	99	9
			Cardiologia Intervencionista	144	587	647	490	51	5
			Cardiologia Vascular	90	112	160	188	45	4
			Neurologia	150	324	552	313	214	19
			Oncologia	650	900	1068	785	171	14
			Ortopedia	73	212	1400	188	1160	99
			<b>Total</b>						

## 12. DELIBERAÇÃO DE APROVAÇÃO DA POLÍTICA HOSPITALAR CATARINENSE EM 2021



# Assinaturas do documento



Código para verificação: **44GF23PJ**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



**ANDRÉ MOTTA RIBEIRO** (CPF: 674.XXX.290-XX) em 04/11/2021 às 11:13:34

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/05/2021 - 18:41:36 e válido até 13/05/2121 - 18:41:36.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxNjUwMTdfMTY3NTQyXzlwMjFfNDRHRjIzUEo=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00165017/2021** e o código **44GF23PJ** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.